

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SESSÃO ORDINÁRIA DE

27 DE FEVEREIRO DE 2020

ACTA N° 01/2020

(mandato 2017/2021)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

ATA N.º 1/2020

(mandato autárquico 2017/2021)

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINTE E SETE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL DE MACEDO DE CAVALEIROS. -----

PRESIDENTE – CAMILO ANTÓNIO MORAIS -----

PRIMEIRO SECRETÁRIO – MANUEL ANTÓNIO MACHADO CARVALHO -----

SEGUNDO SECRETÁRIO – CELINA DA CONCEIÇÃO DE SÁ MARTINS -----

Eram vinte horas, quando o excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião, dando de imediato conhecimento dos pedidos de substituição dos Deputados Municipais: Helena Isabel Pires Seabra, Paulo Duarte da Silva Dias e António dos Santos Pires Afonso, que foram substituídos, respetivamente, pelos senhores, Rogério Paulo Pires Talhas, Halestino Ernesto Gomes Pimentel e Francisco José Correia. -----

Faltaram à reunião por motivo justificado o Deputado Municipal Manuel Alberto Rodrigues e os Presidentes da Junta de Freguesia de Vale de Prados, Alípio Augusto Marcos e Amendoeira, Celestino Alberto Carneiro Gonçalves. -----

Face à impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, pediu substituição o senhor Presidente União de Freguesias de Talhinhos e Bagueixe, que se fez substituir pelo Secretário da Junta, Jorge Humberto Brás Fernandes. -----

Estiveram também presentes, além do Presidente da Câmara Municipal, os Vereadores da Câmara Municipal em regime de permanência, Rui Alexandre Serapicos Vilarinho e Elsa Carina da Silva Escobar e os Vereadores em regime de não permanência, José Luís Gonçalves Tomé Afonso, Maria da Assunção Gemelgo Correia, Manuel Duarte Fernandes Moreno e Pedro Fernando Reis Mascarenhas. -----

Verificada a lista de presenças, dela constavam cinquenta e oito Deputados Municipais: Camilo António Morais, Acácio João Carvalho do Espírito Santo, Celina da Conceição de Sá Martins, José António da Silva Madalena, Henrique Manuel Crujo Mendes Palma, Jacinta Lúcia Catarino Lopes, António Nuno Batista Mendes de Morais, Manuel António Machado Carvalho, Humberto José Trovisco, Carlos Manuel Rodrigues Carneiro, Fernando Humberto Gomes,

Paulo Jorge Ferreirinha, Joana Margarida Silveira Esteves da Silva Vaz, Ricardo Jorge Salsas Batista, Carla Margarida da Costa Palhau, Luís Filipe Sardinha Cabeceiro, Elias de Jesus Monteiro Afonso, Maria Inês Falcão, Catarina Lúcia Pinto de Matos, Luís Manuel Dias Gonçalves, Rogério Paulo Pires Talhas, Maria Adelaide Alves Gonçalves Batista, Luís Manuel de Oliveira Miranda Pereira, José Carlos Moreira Silva Azevedo, Francisco José Correia, Maria Inácia Ferreirinha, Maria Inácia Rosa, Maria Helena Lopes Gonçalves, Ana Rita Simão Rodrigues, Halestino Ernesto Gomes Pimentel, José Carlos Vasco Jecas, Armando Luís Fernandes Carrazedo, José António Génio Mendes, José Manuel Fernandes, Eduardo João Martins Pereira, António Luís Gomes, Simão Augusto Ventura Ferreirinha, José António Cordeiro, Daniel Augusto Maçaera Fraga, Leonardo do Nascimento Vila Franca, Armindo Caseiro Cepeda, Edgar Manuel Rodrigues Fragoso, Ramiro Borges Valadar, Rui Filipe Branco Lopes, Ricardo Jorge Vaz Cordeiro, João José Cunha Pinto, Gilberto Amadeu Pires, Inácio de Jesus Roma, Luís Manuel Costa Rodrigues, António João Alves Trovisco, Manuel António de Sá Mico, Maria Delfina Guiomar Sarmiento, Manuel António Pinto dos Santos, António Miguel Vinhas Romão, Carlos Alberto Brás Cabanas Justo, David da Silva Martins, João Manuel Rodrigues Alves e Jorge Humberto Brás Fernandes.-----

De seguida, indagou os presentes, no sentido de alguém querer intervir relativamente, à ata da sessão ordinária do dia vinte e sete de dezembro de dois mil e dezanove. Não havendo quem pretendesse usar da palavra, esta foi, posteriormente, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 4 abstenções. -----

PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

(Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de doze de setembro) -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra:-----

CARLOS MANUEL RODRIGUES CARNEIRO (PSD) – Fez a seguinte intervenção: “ Antes de mais felicito o Sr. Presidente da Câmara pela sua recente eleição como Presidente da Comissão Política Concelhia do PS de Macedo de Cavaleiros. Mas no que diz respeito à intervenção dizer que nos últimos tempos temos assistido a um período conturbado de governação que nos deixa preocupados e que não pode deixar indiferente nenhum macedense, porquanto este executivo tem transmitido uma imagem pública de desnorde e desorganização que se reflete em todos os munícipes e no sentimento dos próprios trabalhadores da Autarquia. Primeiro com a demissão do senhor Vereador Pedro Mascarenhas de todos os Pelouros que lhe estavam atribuídos, depois com a demissão da senhora Vereadora da presidência da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em risco (CPCJ) e por último as mais recentes notícias vindas a público no Jornal Mensageiro de Bragança do passado dia 20 de fevereiro, que nos dá conta da Senhora Vereadora ter um Contrato de Formação celebrado já no decurso do presente mandato autárquico com o Centro de



Formação da Associação e Escolas Bragança/Norte. Assim, Sr. Presidente, os macedenses têm o direito de saber se é verdade que a senhora Vereadora e Vice-presidente da Câmara, Dr.ª Elsa Escobar, ministrou formação remunerada durante este mandato, tal como vem noticiado, e se, sim, desde quando? Em segundo lugar, se é verdade que o Sr. Presidente conhecia esta situação? Em terceiro, saber se é verdade que foi o Sr. Presidente que concedeu a autorização à senhora Vereadora para ministrar a dita formação? E, em quarto lugar se é verdade, que por esse motivo, ou seja por essa dita autorização, a mesma não deu conhecimento à Assembleia Municipal como estava obrigada nos termos legais?" -----

MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS) – Que disse: “ Começo por informar a Assembleia Municipal que a partir de hoje sou o líder da bancada do PS neste órgão e queria deixar um abraço ao líder anterior, Henrique Palma, que por motivos que ele entendeu demitiu-se do cargo e por isso vou assumir essas funções. Estou aqui para defender os interesses do Partido Socialista, mas principalmente dos macedenses. E, como a intriga política é engraçada vou debruçar-me sobre outra coisa. Estamos num período em que decorreram dois eventos maravilhosos para Macedo. Um foi a Feira da Caça e o outro o Entrudo Chocalheiro. Entendo que devemos todos ter orgulho do que se fez. Os anteriores executivos fizeram bem estes eventos, este Executivo está a mantê-los tendo sido um sucesso estes dois eventos. Relativamente à Feira da Caça o Grupo parlamentar do PS quer apresentar um contributo para o melhoramento da Feira que é – há uma Feira a nível nacional que concorre connosco e que se realiza em Mértola e o que sugerimos é que seja feita uma geminação entre estas duas Feiras pois juntas funcionariam ainda melhor. Outra proposta é que durante o mês de janeiro passe a haver todos os fins-de-semana eventos relacionados com a Feira da Caça fazendo-se o balanço desta atividade no último dia da sua realização. Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Carlos Carneiro dizer-lhe que gostaria de saber qual a informação que poderiam ter sobre a primeira página do Mensageiro de Bragança relativamente à Sr.ª Vereadora. Acho que este executivo já demonstrou e deu provas que é transparente porque quando o Sr. Presidente da Câmara quis ir trabalhar, fez isso de forma clara e limpa não vendo portanto nenhum motivo para que a Vereadora não fizesse o mesmo. Sobre os Caretos dizer que há uma certa inveja das pessoas de Macedo por se realizar o Entrudo Chocalheiro em Podence, mas esta aldeia pertence a Macedo e o desfile realizado no sábado em Macedo também foi um êxito e deviam parar com esta rivalidade porque o concelho vale pelo seu todo. Para terminar queria dar os parabéns às 7 Empresas que foram nomeadas hoje e receberam o Estatuto de PME's do IAPMEI desejando que no próximo ano sejam muitas mais.” -----

JACINTA LÚCIA CATARINO LOPES (CDS) – Fez a seguinte intervenção: “ Venho fazer uma proposta de recomendação no sentido da nomeação de Juizes Sociais, -----
“ previstos na Lei desde 1978, os juizes sociais têm demorado a ganhar terreno, mas tem hoje um lugar inequívoco no sistema da administração da justiça. A constituição da república Portuguesa e a Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais prevê a intervenção de Juizes Sociais nas

causas que tenham por objeto questões de arrendamento rural, em certas categorias de Ações da Competência dos Tribunais do Trabalho e dos Tribunais de Menores. Com a institucionalização de Juízes Sociais, procura-se trazer a opinião pública até aos tribunais, é uma forma de participação popular na administração da justiça. São juízes sem toga e sem formação jurídica, a quem é pedido que levem o olhar da sociedade à sala das audiências. O objetivo é envolver a sociedade local de Macedo de Cavaleiros, nos problemas das suas crianças, jovens e restante realidade social, é trazer a vivência social do concelho de Macedo de Cavaleiros, para a realidade das decisões judiciais, nas quais devem estar contemplados outros saberes e não só as questões de direito. Foi mesmo tornada obrigatória a participação de Juízes Sociais quando estão em causa medidas de internamento de menores ou processos para retirada as crianças da família. Assim, podem ser juízes sociais quem tenha entre 25 e 65 anos de idade, bastando além disso saber ler e escrever e nunca ter sido condenado nem estar pronunciado por crimes dolosos e a residir no concelho de Macedo de Cavaleiros. Cabe à Câmara Municipal propor nomes, aprovados posteriormente por esta Assembleia Municipal e remetidos ao Conselho Superior de Magistratura e ao Ministério da Justiça, que nomeia as pessoas em causa neste caso cidadãos de Macedo de Cavaleiros por despacho publicado em Diário da República. -----

No concelho de Macedo de Cavaleiros nunca foram institucionalizados os Juízes Sociais, sendo que o Juiz do tribunal Judicial de Macedo de Cavaleiros, tem-se socorrido, nas decisões judiciais em que requer a participação desta figura, de Juízes Sociais nomeados nos concelhos vizinhos, nomeadamente de Mirandela, dada a inexistência dos mesmos neste Concelho. -----

Nesse sentido o Grupo Municipal do CDS-PP, propõe à Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, nos termos do artigo 19.º, n.º 1, alínea c) e do artigo 21.º, n.º 1, alínea e) do Regimento desta Assembleia, que recomende à Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros que proceda às diligências e procedimentos legais para a criação/institucionalização de Juízes Sociais no Concelho de Macedo de Cavaleiros”. -----

“ Além desta queria abordar uma outra questão que o CDS já aqui trouxe várias vezes e que tem a ver com a descentralização das competências do Poder Central na Autarquia Local. Este tema está vertido num ponto para a reunião de hoje na alteração ao Quadro de Pessoal mas o que eu vou dizer é um pouco mais abrangente. O CDS encontra-se extramente preocupado com esta questão da descentralização das competências. Parece-nos que este processo se encontra um pouco num impasse, por um lado temos Autarquias que solicitam a suspensão deste processo e, por outro como a de Macedo de Cavaleiros, que pretende que o processo avance. Neste sentido, nomeadamente a nível da Educação e se tudo se mantiver como está previsto, a partir do mês de março de 2020 algumas competências nesta área, nomeadamente no que concerne ao processamento de salários de funcionários não docentes das escolas do concelho de Macedo de Cavaleiros já são assegurados pela Câmara Municipal. Assim sendo, pergunto ao Sr. Presidente qual é o impacto desta situação no orçamento da Câmara Municipal já que entraram 62 novos funcionários das Escolas para os Quadros de Pessoal da Câmara Municipal? O Poder Central transferiu verbas para assegurar estas novas competências? Qual



foi o valor em causa? A partir do mês de março os funcionários não docentes do Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros passam para a esfera das competências da Autarquia. Poderão estes funcionários vir a exercer funções noutras setores desta Autarquia? A quem cabe o poder de orientação? Ou no que respeita a férias, faltas ou outras questões? É ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Macedo ou ao Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros?" -----

HALESTINO ERNESTO GOMES PIMENTEL (PSD) – Fez a seguinte intervenção: “ Sr. Presidente, hoje venho lançar-lhe um desafio. -----

Numa época de balanço de atividades desde há muito semeadas por vários protagonistas e das quais agora se estão a colher frutos, venho lançar-lhe o desafio para que seja o protagonista principal de uma nova “sementeira”. Fala-se da importância da Feira da Caça e do dinamismo económico que ela cria. Não tendo dúvidas de que, ano após ano, o atual modelo se esgotará a exemplo do que ocorreu com a Feira de São Pedro, também tenho a certeza de que num território como o nosso, a atividade cinegética tem um potencial que não se pode resumir a uma Feira de 4 dias. Assim, venho propor-lhe que possa encabeçar um projeto de fixação e de caça sustentável de espécies de caça menor no nosso concelho, nomeadamente ao coelho e à perdiz. Sabe-se que por razões várias, a atual situação para este tipo de espécies não é a melhor e que há fatores limitativos, mas também se sabe que, com objetivos ambiciosos e medidas de gestão adequadas e transversais em zonas de caça que pretendam criar condições para o repovoamento, criação e controlo da população deste tipo de espécies, poderão potenciar a existência da caça menor e tornar real a aliança entre caça e biodiversidade. -----

Mirandela já anunciou o desenvolvimento de um protocolo entre a autarquia e as associações responsáveis pela gestão das zonas de caça. Mais do que um anúncio para mera propaganda, proponho que no concelho de Macedo de Cavaleiros se possa operacionalizar uma estratégia de gestão cinegética, mudando o atual paradigma para uma forma diferente de olhar os recursos naturais renováveis. A Autarquia assumiria o papel de promotora do projeto e seria responsável pela resolução de todas as burocracias bem como ao estabelecimento das necessárias pontes entre todos os intervenientes. O Geoparque Terras de Cavaleiros, como organização promotora de um desenvolvimento sustentável, onde a conservação do ambiente e da biodiversidade são aspetos essenciais, poderia funcionar como o pivot operacional de todo este projeto que teria de englobar não só as associações de caça locais, a Federação de Caçadores, bem como entidades ligadas à agricultura, floresta e à investigação e monitorização das espécies, podendo aqui o Instituto Politécnico de Bragança ser parceiro privilegiado. A instalação de comedouros, bebedouros, abrigos, sementeiras e a adoção de outras estratégias que são de domínio técnico, tal como a prevenção da contaminação dos solos, associadas a uma gestão profissional, fiscalização exemplar e a uma necessária pedagogia das populações para o interesse na preservação de espaços, permitiriam melhorar as condições para a existência de caça menor e dinamizar atividades não só de caráter

venatório, bem como atividades ligadas ao turismo de natureza ajudando ainda a diminuir o risco de incêndio nas zonas de caça. Uma Capital da Caça pode não só sê-lo durante 4 dias, mas sim durante pelo menos todo o período venatório do ano. -----

Longe vão os anos em que o sábado era dia de romaria de muitos caçadores para as nossas terras, que por cá pernoitavam e que ajudavam a economia deste concelho. E, já sabemos por vários exemplos a nível nacional e internacional que onde há caça, há caçadores. Agora que já temos registado o “javali no pote à moda de Macedo de Cavaleiros”, também outros pratos à base de caça menor, poderão ganhar protagonismo e igualmente contribuir para a valorização turística do nosso concelho e conseqüente crescimento económico. E se conseguirmos vender isto, explicando todo o processo de conservação das espécies levado a cabo pela sinergia de parceiros, ganharemos destaque no país aos olhos de todos. -----

O único vereador (do género masculino) que se manteve com pelouros deste executivo tem exatamente como uma das suas áreas de intervenção o Associativismo Municipal e a Caça, sei que é amante desta prática e que é também profundo conhecedor da mesma, pelo que diria que o Sr. Presidente tem o privilégio de ter as condições necessárias para dar já início a um processo desta natureza. Espero daqui a um ano poder voltar a uma Assembleia Municipal e dar-lhe os parabéns por já serem visíveis no terreno atividades relacionadas com esta proposta. Fica o repto.” -----

HENRIQUE MANUEL CRUJO MENDES PALMA (PS) – Que disse: “ Há uma questão que nos preocupa a todos no nosso concelho e que nos últimos três dias voltou a acontecer. Ocorreram dois acidentes de trator e infelizmente resultou uma vítima mortal e um ferido grave. Com esta situação é com grande preocupação que digo a todos os Presidentes de Junta que no final desta reunião se dirijam a mim para lhes poder distribuir alguns folhetos de divulgação que são importantes e que devem ser afixadas e divulgadas nos locais que acharem mais convenientes, de modo a sensibilizar os agricultores e minimizar assim a ocorrências destes incidentes. No futuro iremos fazer pelas aldeias outro tipo de ações de sensibilização, nomeadamente simulacros com este tipo de acidentes. Agradecia todo o empenho no sentido de colaborarem nestas ações de divulgação. -----

Continuando a minha intervenção é a seguinte: “ A Gastronomia é extremamente importante para o desenvolvimento económico e social do nosso concelho. Faz parte da identidade das nossas gentes, servir bem, por isso a preocupação do nosso Município em relação aos produtos endógenos do nosso concelho é termos de os divulgar e promover mais para que as pessoas que os desenvolvem e produzem no nosso território recebam as mais-valias que estes podem dar. A integração deste nosso prato “Javali no Pote à moda de Macedo de Cavaleiros”, o seu processo de qualificação e a sua integração na categoria de pratos tradicionais portugueses, é um exemplo disso. A rota do javali que se realiza com a Feira da Caça foi muito importante para a conclusão deste processo. Quero deixar aqui um agradecimento muito especial à Confraria do Javali pelos contributos que deu, para que este objetivo fosse atingido. A promoção gastronómica é muito importante para todo o concelho, tenho a certeza que a



nossa restauração melhor que ninguém a saberá fazer, todos temos responsabilidades nesta fase. Se queremos promover e valorizar os nossos produtos temos de trabalhar juntos para que isso seja uma realidade, que só assim é que o conseguiremos. O nosso desenvolvimento turístico passa essencialmente pelo apoio aos nossos produtos tradicionais, com a instalação de pequenos mercados, feiras, workshops, integrados nas cadeias curtas de comercialização dando assim a conhecer aos potenciais consumidores a sua tradicionalidade. Estas atividades integradas no nosso território vão permitir que o mesmo seja mais sustentável e evoluir para novos processos de qualificação. Termina. Os nossos produtos locais têm características ímpares, quer organoléticas, quer de qualidade e todos nós os sabemos promover, é essa a nossa função e obrigação porque vivemos neste território e preocupa-nos o seu desenvolvimento. Só assim é que conseguiremos que o mesmo seja diferente e mais empreendedor.” -----

DAVID DA SILVA MARTINS (PSD) – Fez a seguinte intervenção: “ Começo a minha intervenção com uma frase do meu romance favorito de Saramago “As intermitências da morte”. No dia seguinte, ninguém morreu. Todos desejamos isso e este ano mais do que nunca na aldeia de Soutelo Mourisco, além desse desejo temos a esperança que aconteça. Isto porque, Sr. Presidente? Porque apesar do meu pedido, apesar de seu ter informado que o alargamento do cemitério de Soutelo Mourisco era uma obra prioritária, fez ouvidos moucos e, como sabe o orçamento da minha Junta está estrangulado, devido à Sede da União de Freguesias estar em construção, e o seu apoio, ao contrário de outras Juntas de Freguesia foi zero. Logo acredito que também o Sr. Presidente também tenha fé, que essa frase saída de uma obra de ficção aconteça numa aldeia do seu concelho. Se não se tratasse da morte até se poderia brincar com a situação, mas, como sabe, aos impostos e à morte ninguém escapa, por isso peço-lhe Sr. Presidente, por favor reveja esta situação numa próxima Revisão ao Orçamento, urgentemente. Em relação às estradas municipais continuam por limpar, foram limpas as bermas entre Ferreira e Murçós, foi um ótimo trabalho e ficou tudo muito bem mas, entre Murçós e o Cruzeiro a estrada municipal que liga toda a antiga freguesia de Soutelo Mourisco continua por limpar. O único acesso a Bousende está uma miséria, foi limpa a parte que tinha floresta porque rendeu uns euros para descontar na limpeza mas a parte do mato continua a invadir a estrada. Se antes era difícil cruzarem-se 2 carros, agora é difícil passar só um. É fácil na época que antecede os incêndios falarem em aldeias seguras, povo seguro, mas depois nada se faz para evitar catástrofes. É fácil exigir às Juntas e ao povo as limpezas dos terrenos mas, depois o Estado e as Câmaras dão estes exemplos. Por favor Sr. Presidente resolva a situação antes que algo de grave aconteça. Eu já dei conhecimento por diversas vezes, por isso a responsabilidade está nas suas mãos. Por último gostava de falar do maior investimento de sempre nas Juntas de Freguesia. Deduzo que se está a referir ao seu Executivo, e nesse caso tem razão, se estiver a referir-se a mais Executivos, o Sr. Presidente sabe ao certo quanto é que está a investir nas freguesias do seu concelho? Por desconhecimento do Sr. Presidente ou talvez por informação errada de alguém próximo ao

senhor está mais uma vez enganado. O melhor é informar-se, ler documentação, ver orçamentos, contas de gerência, saber o que na realidade se passa e não confiar cegamente em quem tem ao seu lado, para não tirar depois com essas pérolas para o ar. Como é possível associar estradas municipais a investimento direto nas Juntas? Não são essas estradas da competência da Câmara? Como é possível associar verbas que ano após ano transitam no orçamento, não são executadas, passam para o orçamento seguinte e depois vem falar em maior investimento de sempre. O Sr. Presidente com esta afirmação, só demonstra que não conhecia, e não conhece ainda o nosso concelho. Falemos então em linguagem universal – a matemática. É fácil através da matemática desmistificar esse maior investimento de sempre nas freguesias. Para as freguesias estão orçamentados para o ano 2020/2021 (1 milhão e 98 mil euros), se retirarmos (150 mil euros) que vão ser aplicados no ano de 2021 ficamos com (941 mil euros), retiramos (46 mil) um valor que peca por escasso do ano que transitaram (2019) ficamos com (895 mil euros) e se a esse valor retirarmos o investimento obrigatório da Câmara que são as estradas municipais (200 mil euros) obtemos o orçamento real para as freguesias em 2020 (695 mil euros). Parece muito? Não é. Ao contrário do que o Sr. Presidente, e do que o Dr. Acácio disse na última reunião aquando da votação do orçamento, não é muito dinheiro, porque se dividirmos esse valor por 30 freguesias dá a quantia de (23 mil 166 euros) por freguesia para 2020. Como este é o terceiro orçamento do Sr. Presidente e nos anteriores pouco investimento havia, e vamos perdoar o primeiro ano visto a situação em que este Executivo encontrou a Câmara, mas na verdade no segundo ano também não deu nada. Durante os seus dois anos e meio de mandato, com três orçamentos deu-nos (11mil 583 euros) investidos por freguesia no seu concelho e o pior de tudo é que a Cidade não está melhor. Mas, para o senhor Presidente continuamos no bom caminho.” -----

CATARINA LÚCIA PINTO DE MATOS (PS) – Fez a seguinte intervenção: “ O Governo em Comissão de Conselho de Ministros que decorreu hoje em Bragança, numa iniciativa inédita que engrandece claramente a nossa Região, apresentou e aprovou um pacote de medidas de empregabilidade repleto de majorações benéficas para o interior e incentivos à contratação, quer por parte das empresas, quer por parte das organizações da economia social. Apresentou um programa específico dotado de 240 milhões de euros de Fundos Europeus, sendo que mais de metade desse valor irá para territórios do interior. Tendo por base estas notícias animadoras, consideramos que poderá ser muito pertinente desenvolver um conjunto de ações de divulgação e de inseedinação destes novos pacotes e medidas legislativas, junto dos principais promotores de emprego e desenvolvimento do nosso território. Apelo aqui, ao importante papel do Gabinete EDRU nesta tarefa de sensibilização e trabalho junto dos targets principais. A par com as medidas de emprego, o lançamento dos balcões móveis por via da CIM em regime de itinerância permitirá aproximar 240 serviços da Administração Pública Local e Central das nossas populações. Sr. Presidente aguardamos com alguma curiosidade o início destes serviços de proximidade que eu tanto defendo que se anuncia como de excelência e contamos que ofereça respostas adequadas às reais necessidades de uma população dispersa



Cej
Celin

e sujeita a um crescente isolamento. Trás-os-Montes conecta, outro projeto de iniciativa da CIM apresentado também pelo Governo que consiste na implementação de uma estrutura tecnológica de comunicação e informação, uma nuvem informática que permite aumentar o acesso e o uso dos serviços públicos digitais de natureza local e regional e melhorar a eficiência interna da Administração Pública através de tecnologias de informação e comunicação. Esta aplicação informática, esta plataforma, contempla duas funcionalidades que me parecem fundamentais valorizar. O serviço de apoio ao cidadão de carácter informativo e aqui defendo a integração de informação aos macedenses sobre a rede local de respostas sociais e solidárias. A segunda funcionalidade principal é o serviço de ação participativa, de recolha de ocorrências, sugestões e melhorias, tanto de gestão de ocorrências e de orçamentos participativos que nos permitirão a todos participar com ideias projeto para a melhoria da nossa terra. Esta aplicação constituindo também um recurso de proximidade deverá ser a mais adequada possível às especificidades do nosso território respondendo adequadamente às necessidades das nossas gentes. Ficam as nossas sugestões sobre estes projetos. Por último, e se me permitem, Caretos de Podence, a minha visão. Mais um ano de parabéns para os Caretos, este ano com um sabor especial. Gostaria de vos dizer que eu vejo os Caretos de uma forma muito peculiar, defendia a elevação dos Caretos a ícone nacional, no sentido de uma alteração e de um alargamento da iconografia nacional. O Galo de Barcelos é muito peculiar e muito acarinhado por todos nós mas, estou em crer que o nosso Careto, pela força que tem e pelas cores que exhibe que são similares às do logotipo de José de Guimarães, Turismo de Portugal – num País que evidencia maior aumento turístico de 5.3% de aumento, o dobro da média Europeia, de 2009 face a 2018 considero que o Careto de Podence deverá ser contemplado e elevado à categoria de Ícone Nacional. Paralelamente a esta ideia defendo a criação de uma rede merchandising relativa ao Careto de Podence, controlada a partir do nosso território, controlada a partir de Podence e que nos permita fazer do carnaval de Podence não só 3 dias mas o ano todo. Fica a minha ideia, este é o meu contributo. Gostaria por último de apresentar um reforço positivo à ideia projeto, oportunidade de melhoria apresentado pela Sr. Deputado Halesino Pimentel e anunciada também pelo Sr. Deputado Manuel Mico.” -----

MARIA HELENA LOPES GONÇALVES (PSD) – Fez a seguinte intervenção: “ Após uma longa ausência desta Assembleia, mais precisamente 1 ano, eis-me aqui de novo. Confesso que durante este interregno, equacionei várias vezes a hipótese de renunciar ao mandato para o qual fui eleita. Obviamente que essa ideia tinha de ser bem ponderada, refletida, analisada, amadurecida. Como são já muitos os anos dedicados à causa pública, decidi que, em consciência, aqui vou permanecer. Serei por ventura, uma voz incómoda mas, não posso virar costas aos problemas e reais necessidades da terra que me viu nascer. Sou macedense. Filha, neta, bisneta, trineta, de macedenses que cá nasceram, viveram e lutaram para que o pequeno burgo crescesse e se desenvolvesse. Aqui, faz sentido, perdoem-me a presunção, prestar uma pequena homenagem ao meu querido e saudoso pai. Homem simples, frontal, honesto,

trabalhador e com amor incensurável ao seu Macedo (como ele dizia). Por ele, pelo seu Macedo, lutou e trabalhou incansavelmente sem nada pedir em troca, era apenas e só, o amor à terra que o movia. Pelos motivos expostos e porque também amo muito a minha terra, não posso, não quero, não tenho o direito de virar as costas de enterrar a cabeça na areia como a avestruz como se nada visse, como se nada se passasse. Durante esta minha ausência e, como alguém disse, “vou andar por aí”, também eu andei por aí, e, não gostei. Não gosto de muitas coisas que vi e vejo. -----

Tem esta minha intervenção o propósito de ser esclarecida pelo Sr. Presidente da Câmara de algumas questões que considero pertinentes e para as quais gostaria de obter respostas claras, objetivas, concisas e bem explícitas: -----

Ponto 1 – No passado dia 28 de janeiro do corrente ano houve em Bragança uma reunião da CIM – Terras de Trás-os-Montes, na qual estiveram presentes a Senhora Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública e o senhor Secretário de Estado da Descentralização e Administração Local para balanço e levantamento de necessidades no âmbito da descentralização e onde era suposto estarem os 9 Autarcas que constituem este órgão para discussão do processo em causa. Pergunto: - Onde estava o representante da Autarquia de Macedo? Tanto quanto me é dado a saber o senhor Presidente estaria em período das suas merecidas férias. Pressupunha-se assim, que fosse substituído por outro membro do Executivo. Pois bem. A senhora vice-presidente estaria em Vila Real e o senhor Vereador não poderia comparecer pois tinha uma conferência de imprensa sobre a Feira da Caça. Resumindo. Não estava ninguém que nos representasse. -----

Segundo Artur Nunes, Presidente da CIM, a questão das verbas e o diploma da educação foram as principais preocupações, transmitidas à Tutela e passo a citar “ ...havia muitas dúvidas e continua a haver sobre a sua exequibilidade para 2020. Passa por vários mecanismos relacionados com a questão financeira, a questão da manutenção dos espaços e da portaria dos rádios. Só 3 dos 9 Municípios que constituem a CIM aceitaram para já todas as competências delegadas pela Administração Central, Alfandega da Fé, Macedo de Cavaleiros e Mogadouro...”. Fim de citação. A minha dúvida é esta. Não seria profícuo para o concelho que a Autarquia estivesse presente naquela reunião de tão grande e vital importância? Estará porventura a formação pessoal, profissional ou a exposição mediática acima dos interesses da nossa terra? Uma vez que é afirmado que Macedo aceitou todas as competências delegadas deixo a questão: Que contrapartidas o executivo apresentou e quais as que lhe foram concedidas? -----

Ponto 2 – Em recentes declarações, afirmou o Sr. Presidente que a Autarquia provavelmente, iria sair da Associação Eixo Atlântico por motivos meramente economicistas. Estas declarações trazem-me à memória um certo senhor do antigo regime que, referindo-se ao nosso País em contexto Europeu ufanamente dizia “ orgulhosamente sós”. É isto que queremos para Macedo? Ficarmos orgulhosamente sós? Pois senhor Presidente, se mesmo unidos temos tão pouca força perante o Poder Central, qual será o nosso valor a nossa voz, se abandonarmos a



referida Associação? Já o nosso povo na sua enorme sabedoria diz, e com razão, que a união faz a força. -----

E, agora, para terminar algumas constatações tristes mas reais. Recorrendo ao vosso slogan de campanha nas Autárquicas de 2017, "Sim é Possível". Sim. É possível ver a nossa terra, a minha querida terra por quem tantos deram o seu melhor, definhar de dia para dia sem projetos de futuro numa astenia total, quase em coma profundo. Sim é possível criar a qualquer custo emprego a todos os que vos apoiaram e a quem é preciso pagar favores políticos ostracizando por sua vez, funcionários competentes com provas dadas, só por não serem da vossa cor partidária. Sim é possível defraudar os sonhos de jovens recém-licenciados que teimosa e heroicamente, regressaram à sua terra julgando que a poderiam engrandecer e enriquecer mas, que se vêm quase sem trabalho e por isso pensam em partir. Sim é possível, anunciar com toda a pompa e circunstância as obras já previstas e aprovadas no mandato anterior no âmbito do PERU, ainda não terem tido início embora agora, finalmente, se vislumbre uma luz ao fundo do túnel. Sim é possível que pessoas da minha faixa etária e, até mais velhas, pensem em deixar Macedo, pois esta terra está sem vida, sem ânimo, sem serviços ou recursos que outras têm e que os mais idosos necessitam. Sim é possível ver a minha terra praticamente sufocada pelas cidades vizinhas e com as quais, há bem pouco tempo rivalizava. Sim é possível deixar de acreditar que vale a pena investir em Macedo e que os sacrifícios, lutas e trabalhos dos que nos antecederam foram em vão, é que onde não há gente, não há negócio e onde não há negócio não há capital. Muito mais poderia acrescentar mas não me quero tornar fastidiosa. No entanto tenha a certeza de uma coisa senhor Presidente, se Deus quiser vou continuar a andar por aí. Muito obrigada." -----

ACÁCIO JOÃO CARVALHO DO ESPIRITO SANTO (PS) – Que fez a seguinte intervenção: " A primeira nota era para tentar perceber com o senhor Presidente da Assembleia e talvez com a Comissão Permanente o porquê da marcação de uma Assembleia Municipal para as 20.00 horas. É que nem é antes do jantar, nem depois do jantar é às 20h da noite e eu não percebo muito bem onde está a eficácia destas medidas mas, o senhor Presidente se puder e quiser me explicará. A segunda nota é desejar as maiores felicidades aos novos líderes da bancada do Partido Socialista e, enaltecer também o trabalho realizado pelo Deputado Municipal, Henrique Palma que entretanto decidiu cessar a sua função e a terceira nota é felicitar o Deputado Municipal Halestino Pimentel pela proposta e também pela maneira como apresentou uma proposta muito boa em termos de desenvolvimento e particularmente de desenvolvimento eco sistémico do território. Dar os parabéns à organização inerentemente à Autarquia pelo espetacular entrudo chocalheiro e deixar-vos um desafio que é o carnaval de verão pois acho que podem e devem pensar nele também para catapultar verdadeiramente o Entrudo Chocalheiro para um Património Mundial porque é mais fácil sem dúvida nenhuma no Verão do que será no tempo dele se bem que quero também referir que não pretendo com este desafio retirar tudo aquilo que é e que caracteriza o Entrudo Chocalheiro. Do mesmo modo dar também os parabéns a toda a organização da Feira da Caça que me pareceu sensivelmente melhor do

que nos anos mais recentes. No entanto, senhor Presidente depois dos festejos relativos à categoria de Património Imaterial da Humanidade eu só posso achar estranho que a 3 dias do Entrudo Chocalheiro é que apareçam os cartazes com o programa das festividades. Eu já tinha alertado o Senhor Presidente e a Autarquia para um processo que me parece fundamental. Temos de planear a um ano e temos de mandar as coisas para fora muito cedo sob pena (e este ano é inevitável que venha muita gente) nos anos seguintes pode não ser assim tão inevitável e para além demais o respeito pelas pessoas merece-nos isso. Toda a gente hoje organiza atempadamente as suas Feiras e os seus períodos de lazer e se não tivermos os projetos, os planos e os programas cá fora porque havemos de escolher Macedo e não vamos a Valência ver as fallas Valencianas que também são Património Imaterial da Humanidade? Também tenho de questionar o senhor Presidente relativamente a uma outra coisa que me parece no mínimo estranha. Nós recebemos recentemente a mais alta individualidade da Nação e não tivemos protocolo na sua receção. Ou seja, que eu saiba nenhum dos Deputados Municipais foi convidado para o evento, nenhuma Instituição da terra foi convidada, eu, pessoalmente não recebi nenhum convite formal e portanto admito que se alguém recebeu foi, direi eu, meramente circunstancial. E, acho tudo isto muito estranho quando se recebe a mais alta individualidade do Estado. Não vi Deputados Municipais, não vi Presidentes de Junta e até acho que a beneficiariam imenso em partilhar um jantar ou um almoço com essa alta individualidade pois é por aí que nós vamos ganhando todos, mais saber mais cultura mais conhecimento, principalmente com pessoas que se mostram muito equidistantes de qualquer poder partidário. -----

Também acho estranho que a receção da mais alta individualidade dos Estado não tenha constituído a chave mestra para a promoção do território. Estive lá, vi e o Senhor Presidente da República até já conhecia o Entrudo Chocalheiro e já estava informado sobre aquilo que era, até já sabia mais ou menos o número de pessoas que fez questão de dizer para a televisão que não acreditava mas que depois pelo que via se calhar era verdade, mas pergunto se nada mais se aproveitou da visita do Sr. Presidente da República, quando todos sabemos que é a única figura do Estado que leva toda a comunicação com ele a todo o lado. Acho estranho. -----

Também acho estranho que na Feira da Caça não se faça verdadeiramente a promoção do território, porque esta é uma Feira não só da Caça mas também do Turismo e continuamos com a mania de fazer uns seminários giros, que não sei quem os organiza, e que servem fundamentalmente para meia dúzia de docentes do Ensino Superior de irem apresentar os seus trabalhos e para pouco mais, mas, nós não precisamos disto, precisamos sim de Seminários Turísticos que envolvam as pessoas interessadas em comprar o território. E, em função disto gostava de solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que na próxima Assembleia Municipal, se for do seu interesse e se for possível, nos trouxesse e nos facultasse, e isto até podia passar a ser habitual, receitas e proveitos da Feira da Caça, do Entrudo Chocalheiro e do retorno económico que cada um dos eventos tem pois com esse conhecimento nós estaremos muito mais perto de o ajudar a definir aquilo que são as prioridades dos investimentos. E, para terminar perguntar ainda ao Sr. Presidente se a visita do Sr. Secretário de Estado do Ensino



Cij

Cel

Superior e do Ministro das Infraestruturas hoje à tarde lhe deu alguma perspetiva sobre a execução da planeada Residência de Estudantes do Ensino Superior que eu muito prezo. Perguntar-lhe também como está o planeamento da oferta formativa do Ensino Superior SidUp.” -----

ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD) – Que fez a seguinte intervenção: “

Pretendia um esclarecimento do Sr. Presidente relativamente a uns zuns zuns em relação à instalação de um Parque Eólico na Serra de Cortiços, pretendia saber se é verdade ou não e as implicações que isso pode ter ou não. A segunda questão que pretendo colocar-lhe, porque de alguma maneira tem a ver com uma coisa que saiu há cerca de uma sema e que tem a ver com a BLC3 e porque este é um assunto que me incomoda porque agora o responsável por esta Instituição vem atribuir a responsabilidade de tudo o que correu mal a uma pessoa que estava a gerir e entendo que lhe fica mal deitar o ónus da culpa sobre uma pessoa que fazia a gestão mais corrente pois de qualquer das maneiras, normalmente, quem é líder é quem supervisiona tudo e portanto acho que é um caso muito triste e que não augura nada de bom. A outra coisa tem a ver com uma preocupação que me transmitiram hoje sobre os espaços pedonais na Av.ª Ilha do Sal. Penso que o chão em vários sítios está a abater porque há condutas de água rebentadas e por isso dou-lhe conhecimento desta nota que hoje me foi transmitida.” -----

LUÍS MANUEL DIAS GONÇALVES (PSD) – Fez a seguinte intervenção: “

Desde a realização da última Assembleia Municipal até esta data decorreram no concelho várias atividades e, entre este intervalo de datas terminou também o Natal. E, com muita mágoa minha tenho de voltar a falar outra vez no Natal porque no seguimento de tudo aquilo que já foi falado na última Assembleia e se dúvidas houvesse o investimento no Natal Mágico de Macedo de Cavaleiros de 2019 foi indiscutivelmente um fracasso. Foi um investimento desajustado, foi algo que nos envergonhou e talvez por essa razão todas as atividades e divertimentos disponíveis no Jardim 1.º de Maio foram retirados cinco dias antes das datas anunciadas, mas, o que passou já passou mas fica a certeza de que este foi um investimento inócuo que não produziu qualquer contributo para a economia local e, por outro lado, levou a que a magia do Natal das crianças tivesse que ser procurada pelos macedenses em localidades vizinhas. O desafio que lhe deixo é que não volte a “inventar” no que diz respeito ao Natal. O Sr. Presidente e este Executivo abandonaram uma iniciativa que vinha de trás e que funcionava, foi eleito para fazer melhor e não para abandonar aquilo que funcionava bem e por isso o desafio que lhe deixo é que comece já a pensar no Natal de 2020. Da mesma forma que lhe disse na Assembleia Municipal anterior que iria ter muita gente no Entrudo Chocalheiro garanto-lhe que se fizer os investimentos adequados, bem-feitos e bem pensados volta a ter um bom Natal em Macedo de Cavaleiros e volta com o Natal a dinamizar a atividade económica e volta a dar alegria às crianças desta cidade. -----

Relativamente à Feira da Caça e como já tive a oportunidade de o dizer aqui há um ano atrás, dou-lhe os parabéns porque teve a coragem de não lhe mexer muito e como não mexeu muito também não estragou muito e na minha opinião em algumas coisas até melhorou. Contudo, temos de ser realistas e temos de olhar para esta iniciativa para o futuro. Começa a haver muitas Feiras do mesmo género nas localidades à volta da nossa e noutras até mais afastadas e está na hora de pensar em inovar esta Feira, de tentar articular com os concelhos vizinhos as datas das Feiras deles e no que respeita à animação penso que esta Feira precisa de alguma inovação porque como já ouvimos falar nos anos anteriores que são 3 noites de diversão muito interessantes, que devemos inovar e melhorar arranjando forma de atrair muito mais gente a esta Feira. Os meus parabéns portanto à Feira da Caça, com apenas um parênteses, que acho que não é de descorar pois mais uma vez não conseguiram ter um representante do Governo na abertura desta Feira e que eu acho que era fundamental para lhe dar também visibilidade. -- Quanto ao Carnaval e relativamente ao desfile das crianças, dou-lhe os parabéns porque escolheram bem o tema e é de facto desta maneira que conseguimos que desde pequenas as crianças fiquem com a identidade do Carnaval e de todo o Entrudo Chocalheiro de forma a crescer com ela, fazê-la chegar longe e divulga-la no resto do País. Mas, tem de haver alguma coerência nas coisas, um desfile onde, e muito bem, foi escolhido o tema das matrafonas e do Entrudo Chocalheiro, na minha opinião não liga bem com samba brasileiro espalhado pela cidade, devia ter havido alguma sincronização entre o tema escolhido e a música. Depois de um desfile que de alguma forma correu bem, concentrar as crianças, durante uma imensidão de tempo no Jardim Municipal à espera de tirar uma fotografia com o Executivo e com uma voz off a dizer-lhe constantemente "não vão embora" "esperem" "as surpresas são inúmeras" "estão a chegar as surpresas", "aguardem porque as surpresas já vêm" e, no final as crianças irem embora e não verem qualquer surpresa é de facto desagradável para elas e até acredito que muitas delas ainda estejam à espera da surpresa. Mas também não estiveram só à espera da surpresa, estiveram também à espera de uma simples garrafa de água, pois tiveram as crianças ali durante uma manhã inteira e não tiveram sequer a destreza de lhe disponibilizar um copo ou uma garrafa de água. O desfile noturno foi um sucesso e muito melhor que o do ano passado e ainda bem, que o Sr. Presidente não permitiu a tal ideia peregrina de que falou na Assembleia Municipal anterior de que havia pessoas que teriam acabar com o desfile noturno em Macedo mas ainda bem que o Sr. Presidente conseguiu que isso não acontecesse. Mas também é necessário que haja mais articulação porque um desfile noturno não pode ir a meio e as atividades já a decorrer no Jardim." -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por dizer "agradeço ao Deputado Municipal Carlos Carneiro pela felicitação da minha eleição como Presidente da Concelhia do PS. Relativamente à preocupação relativamente à governação deste executivo, ao desnorte e ao



Cij
M
cel

descontentamento dos funcionários dizer-lhe que é um discurso que desconheço. A minha governação está de saúde, não encontro desnorte e que eu saiba, é o contrário pois só temos tido notícias positivas e um acompanhamento e solidariedade por parte do Governo pois como é do vosso conhecimento nunca antes houve a presença de tantos governantes no nosso território como nos últimos dias. Quanto ao descontentamento dos funcionários gostaria de me aperceber disso porque eu tudo faria para reverter esse descontentamento, mas não tenho tido qualquer conhecimento disso. Quanto às notícias sobre a Sr.^a Vice-presidente terei todo o gosto em interromper a minha intervenção e solicitar ao Sr. Presidente da Assembleia que a autorize a fazer um esclarecimento capaz e mais correto a esta Assembleia. A esta solicitação respondeu o Presidente da Assembleia Municipal para dizer que essa autorização terá que ser dada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal. Assim, o Presidente da Câmara Municipal concedeu a palavra à **Sr.^a Vice-presidente da Câmara Municipal, Elsa Carina da Silva Escobar** que fez a seguinte intervenção: -----

“ Tive muito palco esta semana, até fui primeira página de jornal porque estou a dar formação. Obviamente que não o fiz sem consultar quem achei que deveria aconselhar-me melhor nesta situação. Não é que fosse totalmente necessário, porque felizmente consigo ler legislação. A Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, que entrou em vigor no dia 25 de outubro de 2019 permite-me fazê-lo sem que tenha de pedir autorização para tal. Vou ler alguns dos artigos para que esta questão fique clara para toda a gente, e, começamos pelo artigo 2.º que diz respeito aos cargos políticos e o seu n.º 1 diz “- são cargos políticos para os efeitos da presente Lei, e entre várias alíneas uma delas diz – os membros dos órgãos dos executivos do poder local”, no qual estou incluída. Se formos depois ao artigo 6.º que fala sobre a exclusividade o n.º 2 diz “ – o exercício de funções em regime de exclusividade é incompatível com quaisquer outras funções profissionais remuneradas, ou não, bem como com a integração em corpos sociais de quaisquer pessoas coletivas de fins lucrativos, com exceção”, depois tem várias alíneas e a alínea e) diz “ – da realização de conferências, palestras, ações de formação de curta duração e outras atividades de natureza idêntica”. Ora, se a Lei o permite não me parece que tenha de pedir autorização para tal. Mas, se formos aos Estatutos dos Eleitos Locais no artigo 3.º onde fala também da exclusividade e incompatibilidades o n.º 1 diz: “ – os Presidentes e Vereadores das Câmaras Municipais, mesmo em regime de permanência podem exercer outras atividades devendo comunica-las quando de exercício continuado, quanto à sua natureza e identificação, ao Tribunal Constitucional e à Assembleia Municipal na primeira reunião desta a seguir ao início do mandato ou previamente à entrada em funções das atividades não autárquicas”. Ora, uma formação de 25 horas não me parece que seja um exercício continuado, até porque nem é seguido. Teve início no dia 23 de novembro a primeira sessão de 6 horas, depois uma outra sessão em dezembro de 6 horas, em janeiro outra de 6 horas e sempre aos sábados porque são marcadas conforme a minha disponibilidade, ou seja a última sessão estava prevista para o dia 1 de fevereiro, altura da Feira da Caça e porque na sexta-feira à noite a mãe do Sr. Presidente se sentiu mal considerei que não devia ausentar-me do concelho e avisei às 23h de sexta-feira o Coordenador do Centro de Formação que não daria a sessão do dia seguinte e,

ainda não foi marcada a última sessão porque como já disse é sempre em função da minha disponibilidade. -----

A pessoa que escreveu o artigo no Mensageiro de Bragança questiona-se sobre o que é isto de “curta duração” e vai buscar a legislação que é referente especificamente aos professores. Os professores, ainda que sejam funcionários públicos têm legislação que lhes diz respeito e o Estatuto da carreira docente, porque não era claro, relativamente à questão da formação que permite aos professores progredir em termos de carreira, foi complementado por o Despacho 5741 de 2015 que diz que para os professores especificamente, aquilo que é considerado uma ação de curta duração é uma que tenha no mínimo 3 horas e o máximo de 6 horas. Ora, eu não estou aqui a responder na qualidade de professora, ou seja, não estou a dar a formação para que me ajude a progredir em termos de carreira. A questão aqui é se enquanto Vereadora posso dar uma ação de formação de curta duração e o que é uma ação de curta duração. Então há uma outra Lei que é o Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro, que explica exatamente o que se entende por Formação de Curta Duração e no artigo 10.º que é relativo à tipologia de ações de formação diz no seu n.º 2 “ A Formação Profissional estrutura-se quando á duração em: a) Formação de Curta duração até 30 horas; b) Formação de Média duração superior a 30 horas e até 60 horas; c) Formação de Longa duração superior a 60 horas.” Se aqui diz que a formação de curta duração é até 30 horas e aquela que estou a ministrar é de 25 horas, creio que não há dúvidas. -----

Relativamente à CPCJ, dizer que este não é um Órgão da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, ou de qualquer outra Câmara e eu integrava a CPCJ na qualidade de representante da Câmara e não foi a primeira vez que alguém que estava em representação de uma Entidade na CPCJ de Macedo de Cavaleiros e a exercer o cargo de Presidente se demitiu e, não foi por isso que alguma vez as coisas funcionaram melhor ou pior. Efetivamente o facto do Vereador Pedro Mascarenhas ter entregado os Pelouros fez com que todos nós tivéssemos uma carga de trabalho um pouco mais elevada e achei que ter de 15 em 15 dias uma reunião da CPCJ não podendo eu sequer acompanhar casos porque não tinha disponibilidade para tal, não faria sentido manter-me como Presidente quando sabia que quem tinha de fazer a maior parte do trabalho seria o membro Secretário. Tão somente por isso. Espero ter esclarecido todas as vossas dúvidas.” -----

Prossiguiu no uso da palavra o **Presidente da Câmara Municipal** que disse “agradeço à vice-presidente da câmara a sua intervenção porque foi muito elucidativa e eloquente e espero que também o tenha sido para os Senhores Deputados Municipais. -----

Relativamente à notícia e ao editorial do jornalista em que diz que “já a visada arrisca-se à humilhação suprema de ser corrida do cargo por sentença de um juiz” – isto é uma linguagem brejeira detestável e eu desafiava o jornalista a fazer uma queixa no Ministério Público. -----

Sobre a intervenção do Deputado Municipal Manuel Mico a quem dou os parabéns enquanto líder da bancada do PS aproveitando para cumprimentar o Deputado Municipal Henrique Palma pelo excelente trabalho que fez e pelo difícil que é fazer esse trabalho de porta-voz a quem compete além de outras coisas, coordenar todo o grupo. No que diz respeito à Feira da



Caça e ao Entrudo Chocalheiro é óbvio que tenho que agradecer as palavras dirigidas a mim e para a minha equipa pois é um conforto vermos reconhecido o trabalho de todos nós. Relativamente ao discurso e quando mencionou o facto de podermos geminar com Mértola dizer-lhe que esse processo já foi iniciado e começamos por convidar o Presidente do Município a estar presente na nossa Feira da Caça mas infelizmente não lhe foi possível mas isso não nos demove de continuar com estas parcerias com Municípios amigos. Quanto à sugestão dos eventos de fim-de-semana dizer que é pertinente e existem já montarias que trazem famílias, caçadores e amigos ao nosso território. Fazemos a semana gastronómica do Javali que é uma semana que já abrange dois fins-de-semana e iremos ter em linha de conta a realização de outros eventos juntamente com a sustentabilidade que queremos dar ao longo do ano a toda a caça pelo menos durante o seu período legal. Relativamente ao desfile de Carnaval realizado no sábado na Cidade, aqui abordado por alguns Deputados, confesso que no corrente ano gostaria de ter dado mais palco a Podence e teria não investido no Carnaval de sábado mas, cheguei à conclusão que valeu a pena fazê-lo porque foi melhor que o do ano passado, houve muito entusiasmo e fiquei muito satisfeito por ver aqui pessoas de todo o Portugal que estavam aqui na Cidade, o que significa que há sinergia e quem esteve em Podence esteve em Macedo e vice-versa, estamos no bom caminho e há que continuar. Quanto á notícia das 7 Empresas do concelho quero também felicitá-las e dizer-lhes que também eu partilhei no facebook essa notícia. -----

À intervenção da Deputada Municipal Jacinta Lopes dizer-lhe que o Município irá fazer diligências no sentido de propor os nomes que aventou para a institucionalização dos serviços sociais do concelho de Macedo de Cavaleiros. Não estava por dentro deste assunto mas tudo iremos fazer para obviar essa lacuna. Sobre a descentralização de competências o impasse em algumas Autarquias e a suspensão do processo entende-se. Inicialmente também tive algumas dúvidas mas, depois de saber o timing de todo o processo das obrigadoriedades que iríamos ter e sabendo que prefiro estar à frente nos acontecimentos do que depois correr atrás do prejuízo, depois de bem esclarecido, resolvi aceitar as competências depois de consultar os parceiros e os colegas da CIM, onde alguns aceitaram umas competências, outros aceitaram outras e alguns aceitaram-nas a todas. Relativamente aos funcionários agora integrados os salários como é óbvio que têm de estar assegurados e o impacto no orçamento é previsível e a transferência de verbas irá respeitar o que foi acordado e quanto às competências noutros setores, para já não são alteradas e a gestão é feita em parceria com o Agrupamento de escolas. -----

Ao Deputado Municipal, Halestino Pimentel quero agradecer a riqueza da intervenção, com os seus desafios mas também com contributos. Quanto à estratégia da gestão cinegética preocupa-nos muito porque é uma das potencialidades, o altruísmo cinegético onde constantemente estamos a apostar e provavelmente faria todo o sentido numa próxima Feira da Caça um dos temas do Turismo ser totalmente dedicado à gestão cinegética. É portanto uma possibilidade e fica este tema em cima da mesa, com o contributo do Geopark sobre a conservação do ambiente e sobre a sustentabilidade e monitorização das espécies que

também tem o seu papel. Ser Capital da Caça durante todo o ano é de facto um desafio, onde há caça há caçadores, isso é uma verdade e temos tido mudanças de paradigma, agora temos mais caça grossa mas, nada impede que com o tipo de medidas que sugeriu, possamos evitar doenças, continuar com repovoamentos e com sinergias de parceiros, nomeadamente das Associações, conseguirmos ter novamente a caça menor no território. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Henrique Palma agradecer o facto de ter aqui abordado a questão dos acidentes de trator pois esta é uma preocupação do Município particularmente pelo trabalho desenvolvido de EDRU, que tem trabalhado em todas as aldeias e vai fazer uma ação de sensibilização e formação sobre como lidar com os tratores. -----

Sobre a intervenção do Deputado Municipal David Martins o alargamento do cemitério de Soutelo Mourisco também é uma preocupação da Autarquia e nas revisões orçamentais que haja terei todo o cuidado em dotar a vossa freguesia com verbas que possam ajudar mas a freguesia também tem de fazer o seu trabalho para ajudar. As bermas das estradas municipais, contrariamente ao que diz o Sr. Deputado conheço muito bem todo o concelho e até o desafio a discutir comigo cada uma das aldeias do concelho e por isso estou em condições de poder dizer que na sua freguesia também conheço o acesso a Bousende e como sabe este acesso também foi limpo e com toda a consideração que me têm os habitantes desta aldeia posso dizer-lhe que fizemos a limpeza das bermas mas como é óbvio tal como em todas as aldeias do concelho, pouco tempo depois de fazer as limpezas as ervas proliferam e, é natural que não consigamos limpar ao mesmo tempo todas as 70 aldeias do concelho. Para evitar catástrofe estaremos cá para as evitar e seguirei os seus conselhos. Relativamente ao investimento feito nas aldeias, dizer-lhe que tem de me lembrar quais foram os anos em que houve maior investimento do que neste ano. Quanto às contas que fez é óbvio que pelo facto de não ter havido investimento em anos anteriores e quando os Presidentes de Junta tiveram dificuldade em executar é normal que essa verba transite para o ano seguinte mas não deixa de ser investimento nesse ano. Portanto mesmo que noutros anos com outros Executivos tivesse havido transição de verbas diga-me pois fico a aguardar essa informação. -----

Relativamente à intervenção da Deputada Municipal Catarina Matos são medidas de empregabilidade para o interior, agora neste Conselho de Ministros e que para nós são importantes e é de facto já uma abertura muito forte o Governo ter começado por fazer este Conselho de Ministros descentralizado precisamente começando pelo Distrito de Bragança pois isto é um sinal de que o Governo está atento e preocupado com o Interior do país e não é por acaso que temos sedeada a Secretaria de Estado da Valorização do Interior aqui no nosso território e que antes nunca existiu. Quanto à promoção das medidas de empregabilidade obviamente que o EDRU irá fazer um trabalho fantástico, pois entre outras coisas desde que foi criado faz: atendimento, visitas de campo, aconselhamento de promotores, participação e apresentação do Município em eventos, reuniões com associações e entidades de interesse estratégico e foi a Entidade que esteve no terreno preocupada com a intenção que há, de transferir a sede da raça badana para Mirandela e esteve atento e a falar com os responsáveis e iremos fazer tudo para inverter essa situação. Tem feito também a divulgação de informações



aos agricultores e às Juntas de Freguesia, Seminários Informativos e Formativos (cancro do castanheiro, Chilela fastidiosa, prevenção na condução de tratores agrícolas, divulgação de medidas de incentivos com a DESTAQUE, Candidaturas ao Portugal 2020, PDR 2020, ECO XXI e prevenção de agentes bióticos e abióticos, formação de técnicos municipais, elaboração de pagamentos de protocolos de cancro do castanheiro, ações de divulgação sobre a agricultura familiar e jovem empresário rural, projeto do plano nacional de formação financeira, em que todos contam, Universidades Sénior, Agrupamentos de Escolas, isto é apenas um pequeno exemplo do que fazem e têm imenso trabalho. Sobre o Balcão Móvel informar que o nosso já está no terreno, infelizmente não foi o primeiro, pois teve uns contratempos com problemas técnicos, no entanto é um dos primeiros. Quanto ao Trás-os-Montes conecta foi também um trabalho excelente feito até agora e todos beneficiamos principalmente aqui no território em que as plataformas informáticas são importantes e nós também somos modernos e gostamos de trabalhar de forma inovadora. Relativamente aos orçamentos participativos obviamente que será uma hipótese a colocar e gostamos que estes recursos de proximidade sirvam também para isso, portanto nós temos de fazer a formação, a promoção mas acima de tudo informação. Quanto aos caretos de Podence serem um ícone nacional eu pessoalmente já o entendo como isso, a imagem corporativa principal do Porto e Norte que é a principal estrutura do turismo do Norte de Portugal e é a que mais cresce neste momento é uma imagem dos Caretos de Podence. -----

Relativamente à intervenção da Deputada Municipal Helena Gonçalves dizer-lhe que gostei da homenagem ao seu pai e já agora dizer-lhe também que era um grande amigo do meu pai. Relativamente ao dia 28 de janeiro infelizmente quando foi marcada esta Cimeira já há muito que eu tinha programado estas férias pois tento sempre fazê-lo na altura mais "morta" do ano, encontrando-me portanto ausente. Por sua vez não conseguimos que a Vice-presidente estivesse, nem o Sr. Vereador porque de facto não conseguimos controlar a disponibilidade das televisões para promover os eventos, mas sendo eu vice-presidente da CIM tive o privilégio de ter todos estes assuntos transmitidos para a minha pessoa através de email portanto tudo o que aqui foi discutido chegou-me em primeira mão sem que isso prejudicasse o nosso Município. Quanto à transferência de competências já aqui disse que da nossa parte quisemos "arrepisar" caminho e, estar logo na linha da frente com os impactos negativos ou positivos que isso tivesse e penso que estamos a ganhar tempo pois é inevitável que em 2021 tivéssemos de as assumir e portanto nós fizemo-lo com tempo e com todas as situações positivas e negativas que possa ter. Relativamente ao Eixo Atlântico não há aqui motivos economicistas, pelo menos nunca disse isso, o que eu digo é que esse dinheiro que temos investido no Eixo Atlântico, que foram nos últimos anos cerca de 120 mil euros dariam para fazer uma estrada importante da aldeia do Mogrão até à estrada municipal principal. O que o Eixo Atlântico trouxe até nós nos últimos anos foi zero e eu enquanto estou no Executivo tivemos várias reuniões, tive muito entusiasmo, tive a visita do Sr. XOAN MAO aqui ao nosso Município e gostei muito do que nos prometeu mas depois não vi nada pois para o Município

veio zero tal como já acontecia com os Executivos anteriores, pois esta estratégia só passa pelos grandes Municípios daí entender que não há interesse em pertencer ao Eixo Atlântico. --- Quanto à intervenção do Deputado Municipal Acácio Espírito Santo que deu mais sugestões e como sempre positivas. O Carnaval de Verão é uma excelente ideia e eu acredito que Podence tem potencialidades para explorar o Entrudo Chocalheiro o ano inteiro, não só em restauração mas também como alojamento, além de que também temos a parte do Azibo que durante grande parte do ano preenche ali um espaço que não é ocupado pelas festividades e a sustentabilidade daquele território que é nosso está garantida mas é uma sugestão muito interessante. Relativamente ao protocolo confesso que não houve a preocupação de o seguir porque como sabem é uma característica do Sr. Presidente da República gostar de estar no meio das pessoas e inicialmente não tivemos até poucos dias antes que ficaria todo aquele tempo e inclusive que também ficaria para jantar. Quanto à receção teria que ser sempre de improviso, aliás como foi, inclusive os meios de comunicação não conseguiram fazer a cobertura total do trajeto. Portanto relativamente à inclusão e divulgação do território tivemos ali um espaço privilegiado de divulgação do território e do que mais bonito tem. Sobre o Seminário de Turismo já aqui falei e quanto aos investimentos que poderíamos ter atraído para a temática do Seminário houve uma das sessões que foi dedicada só a situações de investimento no território com o que é rico e endógeno e explorando as potencialidades e as riquezas do território, houve portanto essa preocupação. Quanto à Residência de Estudantes tivemos hoje um anúncio que muito nos agradou. O Sr. Ministro Pedro Nuno Santos esteve hoje em Macedo de Cavaleiros e fez a apresentação do programa do Protocolo da Fundiestamo para a reabilitação do edificado e, um dos 7 edifícios a ser reabilitado será a nossa residência de estudantes que estimo que nos próximos 15 meses terá o seu início. Quanto ao programa formativo do SidUp não está descorado. O Deputado Acácio Espírito Santo não esteve na última reunião mas nas próximas contamos com a sua presença e certamente é para continuar. Quanto à intervenção do Deputado Municipal Nuno Morais sobre o Parque Eólico de Cortiços posso dizer que houve um pedido de informação ao qual acedi e demos uma informação positiva com as devidas restrições sobre a localização de uma ou das duas ventoinhas que posam estar dentro do campo de ação da abordagem dos helicópteros ao Heliporto. Está agora numa fase de apreciação e estudo e espero não perder a oportunidade de ter na Serra do Facho mais um parque Eólico porque para quem não sabe, a empresa no nosso concelho que mais fatura é o Parque Eólico da Serra de Bornes e este seria mais um fator para fazer crescer economicamente o nosso concelho. Relativamente à BLC3 como todos sabem depuseti grandes esperanças nela por todas as razões e mais algumas. A BLC3 é uma Instituição devidamente credenciada no País reconhecida por todos os Institutos e Universidades do País, faz parte da parceria do Laboratório Colaborativo que foi um dos primeiros no País em Bragança e faz parte das parcerias com o IPB, faz parte do reconhecimento das apresentações que foram feitas em termos de empreendedorismo e de incubadoras a nível do País e por isso teria de dar toda a credibilidade à BLC3. Houve uma gestão complicada, desconheço quais são os pormenores, aguardo uma decisão e confesso que está a prejudicar o nosso concelho



Cij
[Handwritten signature]
ca

porque a BLC3 tinha feito uma Candidatura aos Recursos Humanos altamente diferenciados de cerca de meio milhão de euros para dois anos, isto obviamente que prejudica o nosso território porque eram 7 pessoas que podiam vir para cá e se viessem com a família era um acréscimo à nossa população mas acima de tudo um acréscimo a pessoas altamente diferenciadas. Neste momento este processo está parado na CCDRN enquanto não houver um esclarecimento da situação e eu, pessoalmente não tomo partido por quem quer que seja. -----
Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Luís Gonçalves já é habitual este tipo de preocupações, nomeadamente o Natal Mágico. Gostaria que viesse aqui também falar só das coisas positivas porque as coisas negativas e confesso que não me pareceu tão negativo assim. Pode ter havido um evento ou outro evento menos conseguido mas posso dizer-lhe que estamos em conversações para que com a Associação Comercial para o próximo ano possamos desenvolver sinergias e satisfazer toda a gente, pois o nosso propósito é sermos construtivos e evitar que no próximo ano esteja aqui a falar no Natal de 2020 de uma forma negativa. Relativamente à Feira da Caça agradeço as palavras pois está aqui a dar força positiva, parabéns à equipa e ao Sr. Vereador Rui Vilarinho. Quanto à sugestão da realização de novos eventos gostei e é de salientar a animação das noites que não incomodaram os habitantes do centro da cidade e as pessoas saíam da festa de madrugada. Sobre a questão da falta de membros do Governo foi devido a uma reunião a que foi chamada a Secretária de Estado do Turismo que estava para vir fazer a abertura, para uma reunião urgente com o Sr. Primeiro-ministro em Lisboa e foi por esta razão que não compareceu, mas compensaram esta ausência depois no Entrudo Chocalheiro onde o Governo se fez representar em força. Quanto ao desfile das crianças mais uma vez foi fantástico e teve muita adesão. A responsabilidade da escolha do tema foi dos professores e das escolas e a Câmara limitou-se a assistir, mas quero dar os parabéns porque foi um excelente desfile. Quanto às garrafas de água foi simplesmente uma questão ambientalista. O desfile noturno já reconhecí que foi uma excelente aposta, que correu muito bem e é para crescer, tendo em conta que o deste ano foi dos melhores em Portugal com a abertura por parte dos Caretos com muita animação e cor e atraiu muita gente.

Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra. -----

CARLOS MANUEL RODRIGUES CARNEIRO (PSD) – Para dizer: “ Tenho pena que a Sr.ª Vereadora não se encontre neste momento na sala porque na realidade muito daquilo que vou dizer destina-se a ela e tem a ver com a resposta que deu. E, em primeiro lugar dizer que não estranho de modo algum a forma preparadíssima com que ela chegou aqui apresentando a versão dos factos que naturalmente já trazia devidamente estudada. Só que a versão dos factos, há sempre duas versões e, então em direito, como deve entender não há só uma versão e na verdade pelos vistos não há só uma versão. Em primeiro lugar e começando pelo início a questão é que quando sai o calendário da formação foi em setembro, logo, na altura e em setembro estávamos ainda no âmbito de uma Lei que era a Lei 64/93, de 26 de agosto. Nessa altura, e ainda bem que a Sr.ª vereadora retomou a presença nesta sessão, porque

ocultou factos a esta Assembleia deliberadamente, porque não pode ter sido por outro motivo, dizia o artigo 6.º na altura, à data em que a Sr.ª Vereadora assinou o contrato e que se comprometeu a dar a formação dizia “que os presidentes e vereadores das câmaras municipais mesmo em regime de permanência, a tempo inteiro ou parcial, podem exercer outras atividades devendo comunica-las quando de exercício continuado, quanto à sua natureza e identificação ao Tribunal Constitucional e à Assembleia Municipal, na primeira reunião desta, a seguir ao início do mandato ou previamente à entrada em funções nas atividades não Autárquicas”. Ora, era portanto esta a Lei que vigorava na altura, ou seja em setembro. Tem razão a Sr.ª Vereadora quando diz que na altura quando deu estas ações de formação, segundo referiu, já estava em vigor a Lei 52/2019, de 31 de julho, porque entrou em vigor em outubro. Só que a Sr.ª Vereadora propositadamente disse a esta Assembleia aquilo que lhe interessava, porque lhe interessou mencionar o artigo 6.º, só que há o artigo 7.º que se dedica exclusivamente aos Autarcas e que diz que efetivamente no n.º 1: “ Os titulares dos órgãos das autarquias locais exercem o seu mandato em regime de permanência, meio tempo ou não permanência nos termos previstos nos respetivos Estatutos”. E diz o n.º 2: “ para além do exercício do respetivo cargo, podem exercer outras atividades, devendo declará-las nos termos da Lei”, portanto - alínea a) os Vereadores em regime de meio tempo, em regime de não permanência”. Não está aqui Sr.ª Vereadora, os Vereadores que estão a tempo inteiro, em regime de exclusividade, o que quer dizer que de acordo com o artigo 7.º, n.º 2 a Sr.ª Vereadora em circunstância alguma poderia exercer essas funções, e, é isto que ocultou a esta Assembleia. Dizer-lhe também que não me estranha a forma como veio aqui explicar-se porque na realidade explicou aquilo que lhe interessava, o teor do artigo 6.º mas esqueceu-se que havia o artigo 7.º que lhe veda essa possibilidade porque é exclusivo dos Autarcas. Agora pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se na realidade estava tão segura que este artigo 6.º se lhe aplicava à Sr.ª Vereadora, então porque foi a tal autorização que menciona no Jornal? Autorização essa, que diga-se de passagem não tem qualquer eficácia na medida em que o Sr. Presidente pode passar, como é lógico, e conceder autorizações aos trabalhadores da Autarquia, porque é em relação a quem tem uma relação hierárquica. Os Srs. Vereadores são seus pares, logo não há aqui relação hierárquica nenhuma, não tendo que estar a conceder qualquer autorização porque não tem efeito nenhum. Então o que pergunto é: - então se assim era e face às explicações da Sr.ª Vereadora, qual foi a necessidade desta autorização ter sido concedida, ou qual foi a motivação? Também relativamente à questão das horas dizer também à Sr.ª Vereadora, que aqui também se contam meias verdades porque na realidade o que estava previsto e o que estava previsto e contratado eram 50 horas, 25h presenciais e 25h não presenciais, logo, a explicação que aqui deu da questão da curta duração, que quanto a mim, também já não tem qualquer questão aqui em discussão dado o artigo 7.º, mas, se quiser pegar por essa questão também lhe vou dizer que não eram 25 horas mas sim 50 horas, o que quer dizer que também não encaixa na curta duração. E, quando vem aqui dizer que se esclarece cabalmente a Assembleia não se devem ocultar factos que na realidade são importantes e relevantes para o esclarecimento da verdade, porque quando ocultamos e



Cij
[Signature]
cel

propositadamente passamos por cima de artigos que não nos interessa mencionar, estamos a faltar à verdade. -----

Quanto à questão dos juízes locais e a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS faria uma sugestão à Assembleia, e, se o CDS assim o entendesse ela poder ser subscrita, também pelo PSD.” -----




MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS) – Que disse que relativamente à proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS também o Grupo do PS está disponível para a subscrever. Quanto à descentralização, na devida altura falaram sobre esse assunto. Macedo assumiu a transferência das competências e na minha opinião bem, porque “candeia que vai à frente alumia duas vezes” e acho que vamos ter razão para ter tomado essa decisão. Houve uma intervenção de uma colega Deputada Municipal que referiu que havia por parte da Câmara perseguição a pessoas de outros partidos mas eu acho que havia pessoas que estavam temporariamente as AEC’s e este Executivo admitiu-as não olhando a cores políticas e ninguém foi excluído e posteriormente até foram dados numa Assembleia Municipal os parabéns à Câmara na pessoa da Sr.^a Vereadora pela forma isenta com que esses concursos decorreram. Agora virem dizer que se está a perseguir pessoas é denegrir a imagem da Câmara. Pretendia também perguntar relativamente à ligação do IP2 à Gõdina e como esteve cá hoje esse Ministro, quero que todos fiquem bem cientes que se essa ligação não se fizer Macedo vai “sofrer” muito porque estamos encravados entre Bragança e Mirandela e com esta ligação era bom para a nossa Zona Industrial e acho que temos de nos unir todos para que isso aconteça pois estaríamos a desenvolver não só o concelho mas também Trás-os-Montes na sua plenitude. -----

DAVID DA SILVA MARTINS (PSD) – Que disse: “ Quem não sabe para onde vai, todos os caminhos lhe servem. Diz o Sr. Presidente que não gosta de frases de ficção, mas a forma como iniciou o seu pedido de resposta dá cheirinho que gosta de uma boa telenovela “ insistem em me dar palco”. O Sr. Presidente diz que conhece bem o concelho e atira-nos logo assim com uma pérola “70 aldeias”, quando só somos 67. Sobre os anos em que houve mais investimento, é verdade que quando ouvi dizer maior investimento nas Juntas também fiquei com o receio de não encontrar outros anos com o investimento tão elevado da parte do Município e então fui investigar no Site da Câmara onde tem as Contas dos anos anteriores e que começa com o ano de 2012 e, por azar logo o primeiro ano que abri o investimento já superava o deste ano em mais de 80 mil euros. Estamos a valor num investimento que se fez no ano de 2012 de 765 mil euros, mais 80 mil euros do que o deste ano nas Juntas de Freguesia. Ora, a Junta é rica. Não a minha Junta é pobre, governa-se com o FEF, agora é rica em recursos humanos, com pouco dinheiro consegue fazer obra, sem a ajuda da Câmara conseguimos fazer obra, e eu tenho de agradecer imenso aos meus dois colegas da Junta que me acompanham. Sei que os restantes Presidentes de Junta também são bons Presidentes, os do PSD e os do PS e os do PSD se calhar até são melhores porque sei que até já são

convidados por outros partidos para integrarem outras listas, ou seja está também a oposição a reconhecer que nós somos todos bons candidatos e sem apoios da câmara conseguimos gerir bem as nossas Juntas de Freguesia. Quanto à limpeza da estrada de Bousende é verdade que foi feita aquela delimitação toda de 10 ou 15 metros e, estava muito bem-feita mas só na parte da floresta, o mato não está limpo há mais de um ano e meio e se querem ver que não está limpo, a estrada não ficou agora mais curta, o que se passa é que o monte entrou agora pela estrada dentro e agora quase não passa um carro. Para mim, o abandono das nossas aldeias e das nossas freguesias já não é novidade, os exemplos que temos da governação socialista neste concelho sempre mostraram o pouco interesse nas nossas aldeias. O Sr. Presidente conhecia as aldeias antes do 2001? Sabe quem mudou a imagem das nossas aldeias? Quem fez largos, casas mortuárias, arranjos urbanísticos, saneamentos, arruamentos, redes de água, sedes de Junta e salões multiusos nas 67 aldeias do concelho, quantos largos tem o Sr. Presidente de fazer, quantas casas mortuárias, quantos salões multiusos, quantos saneamentos, quantas ETAR's? Em 16 anos de governação da câmara orgulho-me do PSD tanto do trabalho que fez nas Juntas como do trabalho que fez na câmara. Como era Lagoa, Morais, Gralhós, Ferreira, Espadanedo, Murçós, Edroso, como eram quase todas as 67 aldeias? Nada. E, o grande investimento, a grande volta, o grande orgulho que dá termos das melhores aldeias do Distrito devemo-lo todo ao antigo Executivo do PSD, aos últimos 16 anos do PSD." -----

MARIA HELENA LOPES GONÇALVES (PSD) – Que disse: “ Queria agradecer ao Sr. Presidente pelas palavras carinhosas que disse sobre o meu pai mas, questioná-lo sobre o seguinte: eu tinha-lhe pedido respostas claras, objetivas, concisas e bem explícitas. E, uma das perguntas era esta “que contrapartidas o executivo apresentou na delegação de competências e quais as que lhe foram concedidas”? Não obtive qualquer tipo de resposta. Agora refiro-me concretamente a um colega de bancada, Sr. Sá Mico, que penso que era a mim que se estava a referir, eu não disse aqui nem falei em perseguição política eu falei e passo a citar “ Sim, é possível criar a qualquer custo emprego a todos os que vos apoiaram e a quem é preciso pagar favores políticos, ostracizando, por sua vez, funcionários competentes só por não serem da vossa cor partidária”, não falei aqui em perseguição política. Se entendem que sim, o problema é vosso.” -----

LUÍS MANUEL DIAS GONÇALVES (PSD) – Que disse: “ Sr. Presidente que bom seria em não vir aqui e apontar qualquer defeito pois era sinal que tudo estava no caminho certo. Mas é também essa a nossa função de oposição, ir alertando para algumas coisas e é verdade de facto que nesta casa já passamos dois anos a falar de muito tema negativo. Bem teria sido olharmos só para as coisas positivas e para o desenvolvimento, teríamos certamente ganho muito tempo mas, talvez agora a gente ainda consiga acelerar e recuperar um bocado desses dois anos perdidos. Na minha primeira intervenção que não tive oportunidade de concluir referia-me ao desfile de Carnaval noturno em Macedo de Cavaleiros do qual já lhe tinha dado

os parabéns porque melhorou muito e ainda bem que o fez. Estava também a dizer-lhe que tem de transmitir à organização deste desfile que tem de haver coordenação pois o desfile não pode estar a decorrer e a meio do desfile já estar o espetáculo no Jardim Municipal a iniciar. Acho que é um desfile que temos de fazer com calma, temos de aproveitar a noite, temos de dar motivação a todos aqueles que nos visitam para estar de forma relaxada e descontraída, sem pressas, acho que pode ser sem qualquer dúvida uma grande noite em Macedo e com um pequeno investimento trazer um grande retorno económico a Macedo. E, em minha opinião há uma coisa que é incontornável neste desfile noturno, este, não pode terminar com qualquer bailarico seja ele de que tipo for, este desfile tem de ter em si a figura central do Careto, o Careto tem de ser queimado no Jardim, os Caretos têm de ter uma atividade significativa no final do desfile porque quem vem cá visitar-nos de fora nesta altura do Carnaval, não vem cá pela nossa linda cara, vem cá para ver o Careto de Podence. Sr. Presidente de forma a dinamizar este desfile noturno sugiro-lhe que desde já também comece a trabalhar no desfile do próximo ano, comece a desafiar as coletividades do concelho para participarem e crie prémios de originalidade e para motivar a participação dessas associações para que o desfile se melhore e se enriqueça. Sugiro também que pense numa componente mais profissional para o desfile porque os milhares de pessoas que nos visitam certamente levarão depois a qualidade do desfile para longe e certamente virá mais gente a Macedo de Cavaleiros e a ver esse desfile. Chegamos então a Podence e ao Carnaval de Podence e estão de facto todos de parabéns e, quero aqui na pessoa do Sr. António Carneiro felicitar todas as pessoas de Podence porque todas elas contribuíram para o fantástico Carnaval que tivemos e também dar os parabéns a todos aqueles que vêm trabalhando ao longo dos anos no Entrudo Chocalheiro e na sua valorização para ele chegar onde chegou. Foi de facto muito bom ver a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia e a Associação dos Caretos a trabalhar em conjunto numa ideia que vem de trás e que só podia ter sucesso. Ainda bem Sr. Presidente que tiveram em conta muitas das preocupações que aqui trouxemos em relação ao Carnaval de Podence. Falou-se durante o Carnaval do Entrudo Chocalheiro que o Porto e Norte terá dado um subsídio no valor de 25 mil euros, esse subsídio foi dado à Associação dos Caretos, à Câmara Municipal ou à Junta de Freguesia? Por último diz ao Sr. Presidente que esteve tudo quase imaculado mas estiveram quase a estragar tudo no final da festa. No momento alto do Entrudo Chocalheiro quando milhares de pessoas se preparam para ver a queima do Careto, ainda bem que alguém de algum lado cortou o fio, ou fez com que a instalação sonora deixasse de funcionar pois preparavam-se naquele momento para fazer um comício político, mas dessa forma não, não é de bom-tom." -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por dizer “quem nos aconselhou juridicamente na situação da aprovação da autorização da atividade da Vice-presidente, era

hábil jurídico mas também começo a pensar que quem instruiu o jornalista também sabe muito bem daquilo que fala”. -----

Novamente no uso da palavra a Vice-presidente da Câmara, Vereadora Elsa Escobar disse “ Sr. Deputado Carlos Carneiro eu não omiti o art.º 7.º. Ele estava plasmado no artigo do jornal e portanto entendi que não seria necessário falar dele. De qualquer modo acho que são duas coisas distintas, e, eu falei do artigo 6.º porque é aquele que fala do regime de exclusividade e obviamente é o que me permite dar a formação. O outro tem a ver com o regime de permanência, meio tempo ou não permanência. Mas se voltarmos um pouco atrás no tempo quando em 2017 me convidaram para fazer parte da lista candidata à Câmara, hesitei bastante e uma das razões foi o facto de eu gostar muito de ser professora. Quanto ao facto de o plano de formação estar em funcionamento desde setembro, isso não quer dizer rigorosamente nada, o meu nome pode figurar lá como formadora mas isso não significa que eu vá dar a formação. O meu contrato foi assinado no dia 23 de novembro, uma hora antes do início da ação, que é quando se faz a reunião, se faz a ata e se assina o contrato, porque eu podia não dar a formação. O meu nome figura no Site da API (Associação de Professores de Português e Inglês) como formadora em uma ou duas ações, e isso acontece há anos mas não quer dizer que eu dê as formações, significa tão somente que fui eu que as desenhei, posso dá-las ou não. As 50 horas, tal como as de curta duração de 3 a 6 horas para os professores, as 50 horas também são só para os professores que as estão a frequentar porque eu só vou 25 horas, nas outras 25 horas não vou lá. -----

Proseguiu o **Presidente da Câmara Municipal** para fazer um pequeno comentário “ temos sido confrontados com a preocupação de que o executivo é escasso mas a preocupação vai muito mais além disso, vai no sentido de encontrar razões para que partam o Executivo que aqui está presente mas, desenganem-se porque estamos mais unidos do que nunca. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Manuel Mico quanto ao esclarecimento sobre o IP2 posso dizer que aproveitei o facto de estar no nosso território o Sr. Ministro e imediatamente agendei uma reunião no âmbito não da CIM mas dos Municípios que de facto estão interessados nesta ligação que são Macedo de Cavaleiros e Vinhas pois para quem não percebe, isto foi tão manipulado que fazendo parte do primeiro plano de investimento 2030 Nacional nas Infraestruturas Rodoviárias desapareceu “miraculosamente”, portanto isto só é possível com uma reunião em ambiente privado com os dois Presidentes do Município. É isso que está agendado e o Sr. Presidente fez questão de ter conhecimento da situação e em termos práticos analisarmos isto em sede de direito, ou seja com o Ministro e vamos ter de lutar muito. -----

Sobre a intervenção do Deputado Municipal David Martins que refere “quem não sabe para onde vai” – dizer-lhe que sempre soube para onde fui, aliás ainda me lembro e recordo que dizia o Sr. Deputado que eu nem conhecia o seu território mas, engana-se profundamente pois passava muitas vezes naquele território e conheço-o muito bem. Quanto “ao não saber para onde vai” – sei para onde ia. Fui a Bousende porque me pediram para lá ir constatar uma Cidadã que é sua munição, uma vez que a Presidente de Junta me pediu para ir lá ver como



estava o território de uma canalização desde o início da aldeia ao cimo até em baixo, porque a Junta de Freguesia não fazia nada em Bousende. Relativamente ao excelente discurso político que aqui teve deixe-me lembrar-lhe que já foi candidato do PS e eu não teria a coragem de vir aqui fazer a afronta que fez ao Presidente desta Assembleia, porque enquanto vice-presidente deste Município fez um excelente trabalho e posso dizer-lhe que a minha aldeia, Talhas teve intervenções enquanto ele desempenhou o cargo de Vice-presidente da Câmara porque durante os 16 anos em que os seus amigos estiveram no Executivo, e fizeram um excelente trabalho na minha aldeia como aqui foi dito várias vezes “para Talhas vai zero”, mas eu não me esqueço, e nisso sou mais justo pode acreditar. E se calhar é por isso que os desfiles têm vindo a melhorar todos os anos e que há mais participação todos os anos porque as pessoas também têm olhos para ver. Relativamente à batalha política que é o que o Sr. Deputado vem aqui fazer eu pelo contrário vim aqui fazer um discurso positivo durante toda a noite mas já que me provocou obviamente tive de responder. Eu, ao fazer uma batalha política gosto de a fazer com dignidade e, há uma coisa que eu não gosto, é que me confrontem com a minha postura e as minhas atitudes eu tenho seriedade acima de tudo. Quanto ao investimento nas aldeias tentarei sempre fazer aquilo que outros não me fizeram a mim. E, como disse e muito bem é verdade que são 67 aldeias e não 70 como referi e obrigado pela correção mas não é com pormenores de 3 aldeias a mais ou a menos que nós fazemos discurso político, acima de tudo é preciso ter dignidade e respeito porque se o PS o acolheu devia respeitá-lo e se o PSD fez bom trabalho nós respeitamos isso, mas também temos de ser críticos com o que o PSD não fez e na minha aldeia fez zero. -----

Quanto à intervenção da Deputada Municipal Helena Gonçalves dizer-lhe que nisto das competências não há contrapartidas, o que acontece é assumirmos as competências, há transferência das verbas correspondentes e nós termos o benefício de sermos nós a decidir aquilo que gerimos, essas são as contrapartidas. Quando falou no sim é possível, na criação de empregos e ostracizar funcionários competentes, posso dizer que todos os funcionários assumidamente PSD que há no nosso Município têm o maior respeito pela minha parte e prova disso é que no início do mandato convidei alguns para trabalhar comigo e inventaram os mais variados argumentos para não o fazerem. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Luís Gonçalves dizer que espero eu que ainda teremos mais um ano e meio de coisas positivas, pelo menos assim espero mas, se até agora não vieram coisas positivas sabemos que foi porque andamos dois anos a pôr ordem na casa, mas no corrente ano já estou a preparar-me para vos dar uma Feira de São Pedro à altura e depois um Natal Mágico à altura e depois uma Feira da Agricultura à altura, tudo como o povo de Macedo merece porque agora já não estamos tão estrangulados como isso. Gostaria de ter mais capacidade de endividamento para poder fazer além das 14 ações a nível do nosso Município que vão criar infraestruturas e transformar a imagem do nosso Município em vez dessas 14 serem 20 mas infelizmente não temos mais capacidade de endividamento mas ireis ter altura do nosso Município com a dignidade que merece todos os eventos possíveis faça eu o esforço que fizer. Relativamente ao erro nos timings dos espetáculos, tem toda a razão,

houve ali uma organização que não foi a melhor e eu assumo mas com tanta coisa a funcionar é natural que possa haver falhas e eu assumo porque os trabalhadores que trabalham connosco deram o seu melhor e eu respeito tudo aquilo que eles fizeram. As Associações têm vindo a aderir cada vez mais de ano para ano. Mas a minha tristeza acentuou-se da forma como o Sr. Deputado terminou a intervenção pois eu tive o cuidado de solicitar à Sr.ª Secretária de Estado das Comunidades um dia antes para vir encerrar o evento pela simples razão de termos tido imensos emigrantes a mascararem-se de Caretos e a percorrer todos os caminhos da aldeia e fiquei muito triste quando cortaram o som porque é muito feio termos um representante da Nação no nosso território a encerrar uma cerimónia tão nobre e tão sublime e haver alguém a cortar o som." -----

Neste momento o Deputado Municipal Carlos Carneiro solicitou novamente o uso da palavra para defesa da honra ao que o Presidente da Assembleia Municipal se opôs por entender que não tinha legitimidade para o fazer uma vez que o Presidente da Câmara Municipal na sua intervenção não mencionou nomes. Perante a insistência do Sr. Deputado Municipal David Martins o Presidente da Assembleia concedeu-lhe, excecionalmente, a palavra. -----

DAVID DA SILVA MARTINS (PSD) – Que disse “eu sou uma pessoa sensível e posso ofender-me com coisas mais ou menos graves, agora virem aqui acusarem-me de que eu até já fiz parte do PS e que sou desleal com o PS. -----
Sr. Presidente já disse mais do que uma vez que quando nós não lhe falamos ao jeito somos desleais e ouvimos com demagogias. O Sr. Presidente gosta que as pessoas venham aqui e que as reuniões da Assembleia sejam para exaltar o Presidente, não a Câmara. Falou-me em caminhos, mas eu não falei em caminhos, falei numa estrada alcatroada de acesso. Não faltei ao respeito a ninguém, só disse o que toda a gente sabe. O seu partido não liga às aldeias. Não fizeram, nada por Talhas? Estrada municipal, iluminação e bancada do Estádio, arruamentos, Igreja, etc. -----

Neste momento o **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que relativamente à proposta apresentada pelo CDS já os outros dois Grupos Parlamentares desta Assembleia Municipal manifestaram a intenção de a subscrever e se o Grupo do CDS não vir qualquer inconveniente, esta proposta passaria a ser não do Grupo do CDS mas sim da Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros. Não se opondo o Grupo do CDS o Presidente da Assembleia leu novamente a proposta que se transcreve.-----

“ **Proposta** -----

Previstos na Lei desde 1978, os juizes sociais têm demorado a ganhar terreno, mas tem hoje um lugar inequívoco no sistema da administração da justiça. A constituição da república Portuguesa e a Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais prevê a intervenção de Juizes Sociais nas causas que tenham por objeto questões de arrendamento rural, em certas categorias de Ações da Competência dos Tribunais do Trabalho e dos Tribunais de Menores. Com a



institucionalização de Juízes Sociais, procura-se trazer a opinião pública até aos tribunais, é uma forma de participação popular na administração da justiça. São juízes sem toga e sem formação jurídica, a quem é pedido que levem o olhar da sociedade à sala das audiências. O objetivo é envolver a sociedade local de Macedo de Cavaleiros, nos problemas das suas crianças, jovens e restante realidade social, é trazer a vivência social do concelho de Macedo de Cavaleiros, para a realidade das decisões judiciais, nas quais devem estar contemplados outros saberes e não só as questões de direito. Foi mesmo tornada obrigatória a participação de Juízes Sociais quando estão em causa medidas de internamento de menores ou processos para retirada as crianças da família. Assim, podem ser juízes sociais quem tenha entre 25 e 65 anos de idade, bastando além disso saber ler e escrever e nunca ter sido condenado nem estar pronunciado por crimes dolosos e a residir no concelho de Macedo de Cavaleiros. Cabe à Câmara Municipal propor nomes, aprovados posteriormente por esta Assembleia Municipal e remetidos ao Conselho Superior de Magistratura e ao Ministério da Justiça, que nomeia as pessoas em causa neste caso cidadãos de Macedo de Cavaleiros por despacho publicado em Diário da República. -----

No concelho de Macedo de Cavaleiros nunca foram institucionalizados os Juízes Sociais, sendo que o Juiz do tribunal Judicial de Macedo de Cavaleiros, tem-se socorrido, nas decisões judiciais em que requer a participação desta figura, de Juízes Sociais nomeados nos concelhos vizinhos, nomeadamente de Mirandela, dada a inexistência dos mesmos neste Concelho. ----- Nesse sentido a Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, nos termos do artigo 19.º, n.º 1, alínea c) e do artigo 21.º, n.º 1, alínea e) do Regimento desta Assembleia, que recomende à Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros que proceda às diligências e procedimentos legais para a criação/institucionalização de Juízes Sociais no Concelho de Macedo de Cavaleiros". ---

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por unanimidade deliberou aprovar a proposta de recomendação apresentada. -----

PONTO 2.1 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, ELABORADA NOS TERMOS DA ALÍNEA c) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º E DO N.º 4 DO ARTIGO 35.º, AMBOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO -----

Pelo excelentíssimo senhor **Presidente da Câmara Municipal**, foi dada uma breve explicação acerca da informação escrita sobre a atividade da Câmara Municipal, que aqui se dá como integralmente transcrita, ficando a fazer parte integrante desta ata.-----

Abertas as inscrições, usaram da palavra:-----

LUÍS MANUEL DIAS GONÇALVES (PSD) – Que relativamente à informação do Sr. Presidente da Câmara disse: “ Li com atenção a informação escrita e pretendia colocar duas questões e dar-lhe uma sugestão, uma vez que não vi qualquer referência a estes temas. A seu tempo, fiz

já aqui por duas vezes a sugestão de fazer uma iniciativa de plantação de árvores envolvendo todas as coletividades e Juntas de Freguesia do Concelho. Numa segunda vez que lhe coloquei essa questão respondeu-me que já estaria em preparação uma plantação e até quantificou que o objetivo seria plantar 5 mil árvores. Queria perguntar-lhe em que ponto estava o tal plano, nomeadamente se já começou, se vai ser feito ou se é ainda uma mera ideia que está a ser conjeturada. Falamos aqui também numa outra Assembleia numa homenagem ao saudoso filho desta terra e cantor de projeção mundial, Roberto Leal. Nessa Assembleia em que falamos do tema eu sugeri que se fizesse um festival de música portuguesa e brasileira, envolvendo necessariamente as televisões dando-lhe um carácter bem mediático entre Portugal e o Brasil e a criação de um prémio para o músico revelação do ano portugueses e brasileiros. Gostaria também de saber se a tal homenagem sempre vai avançar ou não e relativamente ao Festival se de facto foi levada em conta, ou não, a ideia. Tratando-se portanto de uma informação muito rica em termos culturais, onde temos já 10 páginas lançava aqui mais um desafio: no concelho de Macedo de Cavaleiros não existe só um Podence, e tenho a certeza que existem muitos “Podences” porque temos tradições ancestrais nas várias freguesias que podem ser recuperadas e podem ser uma mais-valia para o concelho. Já me ouviram aqui há cerca de 3 anos os Srs. Presidentes de Junta desafiar para procurarem e enaltecerem nas tradições das suas freguesias, aquelas que são mais ancestrais e que poderão ter maior projeção. E, o desafio que aqui deixo à Câmara é para em conjunto com os Presidentes das Juntas de Freguesia fazerem este levantamento e verem quais são as outras tradições que podem projetar as Freguesias e o Concelho de Macedo de Cavaleiros. Desde já deixo aqui uma primeira sugestão relativamente à cidade. Já se fez há 3 ou 4 anos pela primeira vez e penso que foi o embrião de algo que também pode trazer muito turista a e dinamizar Macedo, que é a queima do Judas que sempre me lembro de ter sido feita em Macedo promovida pelo anterior Executivo. Penso que ainda vamos a tempo para fazer uma primeira abordagem e fazê-la engrandecer e se torne um outro Podence.” -----

HENRIQUE MANUEL CRUJO MENDES PALMA (PS) – “Pretendo perguntar ao Sr. Presidente da Câmara qual o ponto da situação das Candidaturas aos Fundos Comunitários do Município.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse “ relativamente à plantação das árvores é uma preocupação nossa fazer o concelho mais verde ainda porque infelizmente os incêndios vão criando algum défice. Já se iniciaram cerimónias de plantação de árvores de forma simbólica e este ano queremos dar continuidade ao projeto e iremos ter uma primeira cerimónia no dia 21 de março, que é um dia simbólico do dia da árvore e isto não ficará por um evento único pois iremos continuar com eventos simbólicos e se possível cada um de nós plantar uma árvore. Sobre a homenagem ao Roberto Leal não será feita nos moldes em que estava prevista. Por



sugestão do seu filho, Rodrigo Leal teria todo o enquadramento se fosse feita na Feira de S. Pedro e, na Feira de S. Pedro fizemos um primeiro acordo para haver um dia específico para o Roberto Leal. Entretanto estava tudo a correr bem até se envolver um Empresário que começou a inflacionar valores, até chegar a um ponto que eu achei desonesto e desajustado e aí não tenho mais interesse, devido às pessoas que fazem aproveitamento das situações. Como tal estava previsto a Rádio Onda Livre ter dois dias, o dia da Rádio e um outro dia para os artistas locais e desafiei a Onda Livre a que fizesse o segundo dia dos artistas locais com estes a promover as músicas do Roberto Leal e o projeto agora é este. Quanto à sugestão do festival de música Brasil/Portugal com um prémio de música a um intérprete é uma excelente ideia, assim haja espaço e verba para o poder promover. Relativamente aos outros "Podences" é verdade nós temos aqui muitos, nomeadamente em Morais com a festa da ceifa e da malha, Vilarinho de Agrochão com a Feira do Folar, o Carnaval de Talhas. E, há também Feiras em muitas das Freguesias como é o caso de Ala, Arcas, e outras e promovemos todo o território e queremos ajudar os Presidentes de Junta. A ideia da queima do Judas também é excelente e vamos retomar essa tradição. -----

O Deputado Municipal Henrique Palma falou nas candidaturas e de todo o investimento temos a Reabilitação Energética do Edifício dos Paços do Concelho, com beneficiação de equipamentos municipais e intervenção das escadas e salão nobre, estamos a querer dar uma nova imagem ao município aproveitando ao mesmo tempo para fazer a beneficiação e a eficiência energética. Estamos a tratar de questões relacionadas com a mudança dos serviços porque isto vai envolver uma logística grande, temos de passar todos os serviços da Câmara para fora do edifício e iremos ocupar espaços no edifício SidUp e alugar alguns outros espaços no restante edifício do Instituto Piaget pois só poderemos lançar o concurso quando tivermos espaço para nos alojarmos. Relativamente à Valorização Turística da Linha do Tua no Troço Macedo de Cavaleiros é um investimento que ronda os 606 mil euros, o procedimento do concurso está na VORTAL e estamos a aguardar. Relativamente ao Centro Hípico de Grijó que é uma Candidatura PROVER, aguarda uma alteração do projeto para depois se fazer um ajuste direto esperamos consegui-lo porque neste momento a grande dificuldade é termos empreiteiros que peguem nas obras, que são muitas. Relativamente à redução do consumo em energia na iluminação pública de Macedo que é a instalação das luminárias LED a empreitada já está adjudicada, são quase 600 mil euros, relativamente à requalificação da carreira de tiro a empreitada está adjudicada e em curso, a requalificação das instalações do quartel da GNR está adjudicada e a GNR já está instalada, a Reabilitação da Escola Básica e Secundária de Macedo de Cavaleiros (EB23S) a candidatura está aprovada e o projeto está em revisão para depois lançarmos o procedimento de concurso. Relativamente à requalificação da área de serviço para autocaravanas de Macedo de Cavaleiros a candidatura está aprovada, está inscrita em orçamento na próxima revisão para ser lançado o procedimento do concurso. Relativamente ao Centro CICLIM Portugal Quadraçal que é uma parceria conjunta com o Município de Mirandela, Candidatura ao Património Natural no valor de 66 mil euros, a Candidatura está aprovada, está inscrita em orçamento na próxima revisão para ser lançado o

procedimento do concurso. No âmbito do PEDU, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano temos a Reabilitação do Edifício e Espaço Público do Bairro de S. Francisco de Assis, é uma empreitada de 2 milhões 655 mil euros, está adjudicada e o projeto do espaço público está em revisão. Quanto ao Parque Urbano o procedimento de Concurso está na VORTAL o que significa que brevemente pode avançar, a Reabilitação do Mercado Municipal de Macedo de Cavaleiros aguarda aprovação da Candidatura porque desistimos da Candidatura submetida em 2018 e submetemo-la novamente devido a problemas no projeto e aguardamos também pelo procedimento do empréstimo. Quanto à Envolvente do Mercado que é de 656 mil euros o procedimento só será lançado quando o do procedimento do Mercado. Quanto à Reabilitação da Estação Ferroviária que é de 820 mil euros aguarda a revisão do projeto para depois se lançar o procedimento do concurso. O Largo da Estação no valor de 450 mil euros aguarda a revisão do projeto e o empréstimo, a Rede de Interfaces de Macedo de Cavaleiros aguarda um estudo geotécnico para se proceder à alteração do projeto e aguarda também empréstimo, a Rua Eça de Queirós no valor de 475 mil euros aguarda a revisão do projeto e a VICITY – Ciclovía no Troço Urbano, igual. A Estrutura Residencial de Talhas é uma Candidatura que está em análise, há apenas o envio de um esclarecimento para o organismo intermédio que é a CIM e foi enviado no dia 07.02.2020, portanto também será um procedimento que a curto ou médio prazo vai avançar. A redução do consumo de energia na iluminação pública de Macedo de Cavaleiros na 2.ª fase, a Candidatura está submetida e a intervenção nas zonas da cidade que não foram contempladas na 1.ª fase com as aldeias de Amendoeira, Sezulf e Vale de Prados. Quanto ao Património Cultural recebemos a notícia esta semana, foi aprovada e é uma boa nova para Podence e para o Património Cultural do nosso território porque é de facto uma Igreja muito rica que temos de preservar. Quanto à expansão da área de acolhimento empresarial de Macedo de Cavaleiros, cerca de 1 milhão de euros de investimento é uma candidatura que está submetida, foi um aviso específico para as áreas de população demograficamente deprimidas, é uma área de acolhimento empresarial na qual estamos a investir e a apostar e tenho feito notícia dela junto do Sr. Primeiro-ministro e, agora particularmente, espero ter o apoio como me foi prometido pela Sr.ª Ministra da Coesão Territorial que está a apostar muito nos territórios de fronteira e demograficamente deprimidos. Relativamente ao Centro Municipal de Proteção Civil e Meios Aéreos de Macedo de Cavaleiros é uma Candidatura que está submetida aguarda-se apenas a aprovação da Candidatura. Na cultura para todos é uma Candidatura no valor de 236 mil euros que também está submetida e é muito interessante e importante para o nosso território. Há mais 3 Candidaturas da PROVER e da DESTIQUE em elaboração, nomeadamente o Centro Náutico, já estão os projetos feitos mas aguardamos a abertura de Avisos para concorrer e o Centro Interpretativo do Corso. Há portanto muita obra para fazer, quem a poder executar que seja bem-sucedido porque aí seremos também todos nós bem-sucedidos.” -----

PONTO 2.2 – AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO PARA APLICAÇÃO



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

EM INVESTIMENTOS NO MONTANTE DE 1.168.220,49€ / PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO – AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA f) DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de seis de fevereiro de dois mil e vinte, que se transcreve. -----

“AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO PARA APLICAÇÃO EM INVESTIMENTOS NO MONTANTE ATÉ 1.168.220.49€ / PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO -----

Presente a informação, datada de 2020.02.03, do Diretor do Departamento de Administração Geral, que se transcreve. -----

“No seguimento do despacho do Presidente da Câmara, datado de 2020-01-15, ratificado por deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada a 2020-01-23 e para o fim em vista passo a informar o seguinte: -----

I - Formalidades -----

Nos termos do artigo 49.º, n.º 5 da RFALEI, o pedido de autorização à Assembleia Municipal para a contratação de empréstimos é obrigatoriamente acompanhado de demonstração de consulta e informação sobre as condições praticadas quando esta tiver sido prestada em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento municipal do município. -----

II – Pressupostos da consulta -----

1. As condições definidas para a contratação desta abertura de crédito foram: -----

a) Montante máximo a contratar: até ao montante de 1.168.220,49€; -----

b) Prazo: 20 anos - n.º 7 do artigo 51.º da RFALEI -----

c) Período de utilização e carência de capital: até 2 anos; -----

d) Reembolso (capital e juros): amortização de capital constantes + juros sobre capital em dívida;-e) Pagamento: prestações trimestrais; -----

f) Taxa de Juro: indexada à Euribor a 6 meses, acrescida do respetivo “spread”; -----

g) Garantias: as legais, de acordo com a legislação em vigor, para a tipologia da operação em causa; -----

h) Cláusula particular: o mutuário poderá reembolsar antecipadamente o empréstimo, parcial ou integralmente, sem que daí advenha qualquer penalização ou comissão; -----

i) Amortizações anuais previstas: por força do disposto no n.º 11 do artigo 51.º da RFALEI não será admitida proposta com amortizações anuais previstas, em qualquer ano do contrato, inferiores a 80% das amortizações médias, ou seja 46.728,82 € (quarenta e seis mil, setecentos e vinte e oito euros e oitenta e dois cêntimos), assim obtidas: -----

(a) Capital	1.168.220,49€	
(b) Prazo do contrato (anos)	20 anos	
(c) Amortizações médias = (a)/(b)	58.411,02€	Artigo 40.º, n.º 4

		da RFALEI
(d) Limite inferior às amortizações anuais previstas – 80% das amortizações médias = (c) x 80%	46.728,82€	Artigo 51.º, n.º 11 da RFALEI

j) Comissões: não será cobrada qualquer tipo de comissão ou encargos, nomeadamente de gestão, organização, montagem da operação, liquidação antecipada ou pela não utilização do empréstimo.-----

l) Prazo de validade das propostas: 60 dias úteis (mínimo). -----

III – Critério de adjudicação -----

O critério de adjudicação definido foi o “spread” mais baixo proposto. Em caso de igualdade entre propostas, o município desencadeia um processo de negociação entre as entidades que apresentem valor igual. -----

IV – Apreciação das propostas -----

A Comissão de Abertura e Análise das propostas reuniu e fundamentadamente propõe a adjudicação à instituição bancária Caixa Geral de Depósitos, juntando a apreciação das propostas. -Perante o exposto, a Câmara Municipal está em condições de deliberar sobre o assunto. Caso a decisão seja no sentido de adjudicar como se propõe, nos termos do artigo 49.º, n.º 5 da RFALEI, deve o assunto ser presente à próxima sessão da Assembleia Municipal.

Anexo: -----

Apreciação das propostas; - Cópia dos ofícios-convites remetidos às instituições bancárias (doc. 1) e Ata de abertura das propostas (doc. 2).” -----

Dão-se como transcritos os documentos apensos à informação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou: -----

1) Homologar a ata de abertura das propostas, bem como a ata de apreciação das propostas. -

2) Com base no critério de adjudicação definido e com fundamento na avaliação efetuada, contratar esta abertura de crédito à Caixa Geral de Depósitos nas seguintes condições: -----

i) Até ao montante de 1.168.220,49€; -----

ii) Prazo: 20 anos, após visto do Tribunal de Contas; -----

iii) Período de utilização e carência de capital: até 2 anos, a partir do Visto do Tribunal de Contas; -----

iv) Reembolso (capital e juros): amortização de capital constantes + juros sobre capital em dívida; -----

v) Pagamento em prestações trimestrais; -----

vi) Taxa de Juro: variável associada à Euribor a 6 meses, acrescida do “spread” de 0,70%, com floor; -----

vii) Cláusula particular: possibilidade de reembolso antecipado, parcial ou integral, sem qualquer penalização; -----

viii) Comissões: isenção de qualquer tipo de comissão ou encargos. -----

Nos termos e para os efeitos do artigo 49.º, n.º 5 e 6 da RFALEI mais foi deliberado remeter o assunto a apreciação da Assembleia Municipal.”” -----



Abertas as inscrições, usaram da palavra. -----

JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD) – Que disse: “ O PSD como oposição responsável que é, mas também construtiva, aliás ao longo da noite fomos assistindo aqui à apresentação de um conjunto de propostas muito interessante que espero que a Câmara dê o devido acolhimento, nós temos sempre votado favoravelmente empréstimos que sejam para a comparticipação nacional em projetos co-financiados por Fundos Europeus. Obviamente que em relação à situação que temos aqui em apreço a nossa posição mantém-se apesar de sabermos que este empréstimo no valor de 1.168.220,49€, se destina a um conjunto de projetos que estão elencados na página 15 do Documento das Grandes Opções do Plano e de que se falou aqui na altura e relativamente ao qual um dos projetos tivemos e temos as maiores reservas que é a Rede de Interface – Central de Camionagem a localizar-se no local onde esta Câmara o pretende fazer. Ouvei ao Sr. Presidente que há uma mudança de planos relativamente a esta questão, eu espero bem que sim porque ainda estão a tempo de corrigir um tremendo erro e espero bem que isso aconteça, e naturalmente que se isso acontecer, ainda com mais vontade o fazemos, iremos subscrever esta proposta de pedido de Empréstimo. Dizer também, ou fazer uma pequena correção que o Sr. Presidente lamentou há pouco que a capacidade de endividamento do Município seja limitada mas eu relembro que estamos a falar da Lei 73/2013 – Lei das Finanças Locais que no seu artigo 52.º contempla precisamente que este tipo de empréstimos não conta para o endividamento municipal. Já agora acrescentaria que gostaria de ver numa próxima Revisão Orçamental que fosse retomada a ideia de uma Câmara PSD que infelizmente não foi concluída na altura e que tinha a ver com a ligação de Macedo ao Azibo e já que falamos na importância da questão Podence e da importância que a Zona Protegida da Albufeira do Azibo e que as suas praias têm no impacto económico no concelho, era importante aproximar Macedo do Azibo, daí relembrar aqui a importância de retomar esse projeto. Dizer também que estamos aqui a falar de investimento público, o investimento privado foi aqui anunciado e relativamente ao investimento público a Deputada Catarina Matos trouxe aqui a questão relativamente à qual foram tomadas decisões em Bragança e já tinha começado com a instalação da Secretaria de Estado em Bragança e dizer que é um primeiro passo que já tinha sido de uma forma incipiente começado pelo Pedro Santana Lopes e que já não vamos cedo porque já há países, como é o caso da Irlanda que já têm este projeto há décadas e com a criação de centenas de postos de trabalho da Administração Central porque obviamente apesar de ser um passo positivo eu trocava bem uma Secretaria de estado com 4 ou 5 pessoas por uma Direção Geral com 100 pessoas, contudo é um primeiro passo positivo e o caminho faz-se caminhando. Dizer também que há alguns anos atrás vim aqui defender o Parque Eólico da Serra de Bornes e olhando agora para o Sr. Presidente da Câmara, que está a sorrir para mim e lembro-me da sua posição na altura e pensei cá para comigo “como ele evoluiu” já que na altura lamentou profundamente a

instalação do parque eólico na serra de Bornes e eu vim aqui defendê-lo e agora representa como bem sabe cerca de 400 mil euros para os cofres do Município ao final de cada ano.” -----

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que disse “são 3 notas interessantes”. Relativamente à mudança de planos obviamente que só não muda quem não é inteligente e estamos a avaliar a disponibilidade que o Município tem de terrenos e acima de tudo uma localização que seja melhor para os interesses do Município e do concelho e ao mesmo tempo aproveitar uma entrada que é uma entrada nobre da cidade e podermos, se for exequível, localizar essa interface no local em que tanta gente deseja. Portanto também sabemos aceitar as sugestões boas e é para isso que aqui estamos. Relativamente à outra sugestão da ligação Macedo/Azibo era uma das minhas bandeiras de campanha e gostaria de ainda este ano incluir no orçamento mas, infelizmente ainda não foi possível. Estivemos a avaliar e a analisar os projetos que nos foram deixados pelo anterior Executivo e temos duas alternativas e, vamos ver se ainda aproveitamos uma dessas para tentar fazer a ligação Macedo/Azibo porque faz parte das minhas intenções. Quanto à descentralização e as intenções do Dr. Pedro Santana Lopes, acredito, mas o que é facto é que só agora é que tivemos essa descentralização. Sobre o Parque eólico, é bem verdade aquilo que o Sr. Deputado disse. Na altura quando aqui vim, foi com um intuito, que ia no sentido de que não se estragasse a paisagem, mas é certo que hoje revejo a minha posição e já digo que é muito importante para nós e se tivermos de ter outro Parque Eólico vamos tê-lo porque a energia limpa é do que precisamos. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por unanimidade, dos Deputados Municipais: Camilo Morais, Acácio Espirito Santo, Celina Martins, José Madalena, Henrique Palma, Jacinta Lopes, António Nuno Morais, Manuel Carvalho, Humberto Trovisco, Carlos Carneiro, Fernando Gomes, Paulo Ferreirinha, Joana da Silva Vaz, Ricardo Batista, Carla Palhau, Luís Cabeceiro, Elias Afonso, Maria Inês Falcão, Catarina Matos, Luís Gonçalves, Rogério Talhas, Maria Adelaide Batista, Luís Miranda Pereira, José Carlos Azevedo, Francisco Correia, Maria Inácia Ferreirinha, Maria Inácia Rosa, Maria Helena Gonçalves, Ana Rita Rodrigues, Halestino Pimentel, José Jecas, Armando Carrazedo, José Génio, José Manuel Fernandes, Eduardo Pereira, António Luís Gomes, Simão Ferreirinha, José António Cordeiro, Daniel Fraga, Leonardo Vila Franca, Armindo Caseiro Cepeda, Edgar Fragoso, Ramiro Valadar, Rui Lopes, Ricardo Cordeiro, João Pinto, Gilberto Pires, Inácio Roma, Luís Manuel Rodrigues, António João Trovisco, Manuel de Sá Mico, Maria Delfina Sarmiento, Manuel Santos, António Romão, Carlos Justo, David Martins, João Alves e Jorge Humberto Fernandes, nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberou autorizar a contratação de empréstimo a médio/longo prazo, no valor até 1.168.220,49€, junto do Banco Caixa Geral de Depósitos, de acordo com as condições referidas na informação e para a finalidade constante no processo. -----



Cij
celia

PONTO 2.3 – ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO ANO DE 2020 (1.ª) / PROPOSTA – APROVAÇÃO NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA a) DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de dezanove de fevereiro de dois mil e vinte, que se transcreve. -----

“ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO ANO 2020 (1.ª) / PROPOSTA -----

Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, que se transcreve. -----

“Justificação -----

O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, doravante designado por SNC-AP, sistema, atualmente, em vigor na administração local, revogando o POCAL. -----

A NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental -, ente outras matérias, trata da questão das alterações orçamentais, constituindo um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à sua execução. -----

Os ajustamentos que, neste momento, carecem de ser feitos determinam o procedimento de uma alteração orçamental modificativa, uma vez que se vai proceder à inscrição de uma nova natureza de receita e de despesa, resultando um aumento do montante global das GOP’S. -----

Feita a justificação técnica da presente proposta, passo a destacar os principais aspetos que esta Revisão encerra. Assim, -----

Em concreto, esta modificação concretiza a deliberação da câmara municipal referente à aceitação da transferência de competências, para os órgãos municipais, no domínio da Educação, conforme resulta do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, publicado ao abrigo do artigo 11.º e 31.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e, ainda, promove a correção de duas ações de participação à Freguesia de Ferreira. -----

A) PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL -----

Anulação das ações 2020A33 e 2020A34, no montante global de 30.000 euros e criação de duas novas ações (2020A238 e 2020A239), no mesmo montante global. Depois é contemplada a criação de rubricas que assumem os encargos com a transferência de competências na área da Educação, contemplando-se a possibilidade de transferência de algumas verbas para o Agrupamento de Escolas. -----

B) ORÇAMENTO -----

Ao nível do orçamento da receita prevê-se a inscrição de um montante €1.424.391,05. -----

Ao nível do orçamento da despesa, a orçamentação de cada uma das ações novas que se criam, contabilizando o montante global da receita. -----

Em suma, esta modificação apresenta os seguintes valores finais: -----

- Arrecadação de Receita: €1.424.391,05 -----

- Previsão de Despesa: € 1.424.391,05 -----

Em face do exposto, em anexo, junto os mapas que evidenciam esta alteração, propondo que a Câmara Municipal aprove a presente proposta e, para cumprimento do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea c) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, na sua redação atual, a submeta a aprovação da Assembleia Municipal.” -----

Os mapas dão-se como transcritos, ficando a sua versão, devidamente rubricada pelos membros do executivo, arquivada na pasta correspondente a esta reunião. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, por maioria, deliberou aprovar a proposta referente à 1.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais do ano 2020 e, para efeitos do disposto no n.º 1, alínea a) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submetê-la a apreciação da Assembleia Municipal. -----

(Votação: 4 votos a favor (Benjamim Rodrigues, Elsa Escobar, Rui Vilarinho e Pedro Mascarenhas) e 3 abstenções (Duarte Moreno, Carlos Barroso e Assunção Gemelgo)”)” -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra. -----



CARLOS MANUEL RODRIGUES CARNEIRO (PSD) – Que disse: “ Em primeiro lugar quero dizer ao Sr. Presidente da Assembleia e a Mesa que só compreendo e lhe perdoar a deselegância que teve comigo atendendo ao adiantado da hora porque de outra forma não o compreenderia. E já agora fazer também um pedido ao Sr. Presidente da Câmara é que da próxima vez não faça insinuações e fale no meu nome porque assim tenho a oportunidade de me defender. Por outro lado dizer ao Deputado João Alves, porque se ouve aquilo que se diz e que se comenta – eu não me estava a enterrar rigorosamente nada, aliás eu não teria qualquer problema em assumir fosse aquilo que fosse se na realidade tivesse sido. Há uma coisa que eu faço, se vou fazer uma intervenção preparo-me tecnicamente e não com habilidade como o Sr. Presidente da Câmara aqui disse, que foi a forma como se prepararam para a intervenção da Sr.ª Vereadora. Efetivamente, dada a formação que tenho, estúpido seria eu, se efetivamente perante uma situação em que eu ia fazer uma intervenção não me preparasse devidamente em relação a esse assunto. Não teria qualquer problema em vir aqui e dizer que tinha instruído A, B, ou C, mas não instruí rigorosamente ninguém, nem conheço o jornalista tão pouco mas se efetivamente tivesse de o assumir, assumiria sem problema algum. -----

Relativamente ao ponto em discussão dizer que o PSD por uma questão de coerência com aquilo que foi a nossa votação no orçamento vamos abster-nos, dando liberdade aos Presidentes de Junta e Deputados que na altura assumiram uma posição diversa.” -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que pediu definitivamente ao caro Deputado e amigo Carlos Carneiro que quando falava olhou para ele, pela simples razão de que é a única pessoa aqui dentro que percebe de



direito. Quanto ao facto de estarmos preparados para responder à intervenção relativamente à questão da formação dada pela Sr.ª Vice-presidente da Câmara foi porque essa notícia vinha num artigo de jornal a dizer que a Sr.ª Vereadora iria ser questionada na Assembleia Municipal sobre esta questão. -----



Celi

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por maioria, com 35 votos a favor, 2 votos contra e 21 abstenções, deliberou aprovar, nos termos apresentada, a 1.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais do ano 2020. -----

PONTO 2.4 – MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2020 / PROPOSTA DE ALTERAÇÃO (1.ª) / PROPOSTA NOS TERMOS DA ALÍNEA o), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de dezanove de fevereiro de dois mil e vinte, que se transcreve. -----

“MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2020 / PROPOSTA DE ALTERAÇÃO (1.ª) -----

Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, que se transcreve. -----

“Justificação -----

Aquando da aprovação dos documentos previsionais para 2020, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovou o mapa de pessoal para o mesmo ano. -----

A alteração que se propõe resume-se à concretização da deliberação que a câmara municipal tomou em reunião ordinária realizada a 20-02-2019, no que concerne à aceitação da transferências de competências, para os órgãos municipais, no domínio da Educação, conforme resulta do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, publicado ao abrigo do artigo 11.º e 31.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. -----

No âmbito desta transferência de competências (artigo 42.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 21/2019), o pessoal não docente passa a integrar o mapa de pessoal do município. -----

Assim, conforme Despacho n.º 203-A/2020, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 4 de 07 de janeiro de 2020, a alteração do mapa de pessoal que se propõe traduz-se em: -----

A) CRIAÇÃO, POR TRANSIÇÃO, DOS SEGUINTE POSTOS DE TRABALHO -----

i) Carreira de Assistente Técnico, categoria de Coordenador Técnico - 1 posto de trabalho -----

ii) Carreira de Assistente Técnico, categoria de Assistente Técnico - 13 postos de trabalho -----

iii) Carreira de Assistente Operacional, categoria de Encarregado Operacional - 1 posto de trabalho -----

iv) Carreira de Assistente Operacional, categoria de Assistente Operacional - 46 postos de trabalho - Total: 61 postos de trabalho -----

No que concerne à componente financeira que esta alteração implica, informa-se que a mesma se encontra assegurada, por via da concretização desta transferência de competências. -----

Em face do exposto, a luz do disposto no artigo 29.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, os órgãos e serviços preveem anualmente as necessidades nos mapas de pessoal, tendo em conta as atividades a desenvolver durante a sua execução. Assim, ao abrigo do disposto no artigo 3.º, n.º 2, alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, pelos fundamentos antes aduzidos proponho que a Câmara Municipal aprove a presente proposta, a fim de ser presente à próxima sessão da Assembleia Municipal, tudo conforme mapa anexo.” -----

A 1.ª Alteração ao mapa de pessoal para 2020, dá-se como transcrita, ficando a sua versão, devidamente rubricada pelos membros do executivo, arquivada na pasta correspondente a esta reunião. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, por maioria, deliberou aprovar a proposta de alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2020, nos termos propostos e, para os efeitos do n.º 1, alínea o) do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal. -----

(Votação: 4 votos a favor (Benjamim Rodrigues, Elsa Escobar, Rui Vilarinho e Pedro Mascarenhas) e 3 abstenções (Duarte Moreno, Carlos Barroso e Assunção Gemelgo)”) -----

Abertas as inscrições, usou da palavra. -----

CARLOS MANUEL RODRIGUES CARNEIRO (PSD) - Relativamente ao ponto em discussão dizer que o PSD por uma questão de coerência com aquilo que foi a nossa votação no orçamento vamos abster-nos, dando liberdade aos Presidentes de Junta e Deputados que na altura assumiram uma posição diversa. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por maioria, com 36 votos a favor e 22 abstenções deliberou aprovar a proposta de alteração do mapa de pessoal para o ano de 2020, nos termos propostos pela Câmara Municipal. -----

PONTO 2.5 – ASSOCIAÇÃO GEOPARQUE TERRAS DE CAVALEIROS – PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NOS TERMOS DA ALÍNEA s), N.º 1 DO ARTIGO 33.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL – DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA k), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de dezanove de fevereiro de dois mil e vinte, que se transcreve. -----

“ASSOCIAÇÃO GEOPARQUE TERRAS DE CAVALEIROS – PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO Presente a informação do Departamento de Administração Geral, datada de 2020.01.29, que se transcreve. -----



“Com data de 27-11-2017 fiz umas breves notas acerca da Associação Geoparque Terras de Cavaleiros - associação de direito privado sem fins lucrativos, entidade onde a autarquia tem uma participação social. Reitero o teor destas notas que passo a evidenciar. -----
Depois da Câmara Municipal (03-09-2012) e Assembleia Municipal (25-09-2012) terem autorizado a constituição e participação do município, a Associação Geoparque Terras de Cavaleiros, doravante Associação, foi constituída a 16-10-2012. -----

A) Quem são os Associados? -----

- Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros – Pública -----
- ACISMC – Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Macedo de Cavaleiros – Privada - AGRIARBOL – Associação dos Produtores Agro-Florestais da Terra Quente – Privada -----
- Município de Macedo de Cavaleiros – Pública -----
- CERCIMAC – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados CRL – Privada -----
- DESTIQUE – Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente – Privada -----
- FATA – Federação dos agricultores de Trás-os-Montes e Alto Douro – Privada -----
- Instituto Jean-Piaget – Escola Superior de educação e saúde – Privada -----
- Porto e Norte Entidade Regional de Turismo – Pública -----
- Santa Casa de Misericórdia de Macedo de Cavaleiros – Privada -----
- Terras Quentes - Associação de Defesa do Património Arqueológico de Macedo de Cavaleiros – Privada -----

B) Órgãos Sociais: mandato de quatro anos – artigo 9.º dos estatutos. -----

C) Relação institucional entre a CM e Associação -----

i) Protocolo celebrado em abril de 2013 (por tempo indeterminado) -----

Este protocolo tem-se mantido em vigor, com atualizações anuais dos valores a transferir. -----

ii) Transferências anuais: -----

2013: €50.000,00 -----

2014: €50.000,00 -----

2015: €87.500,00 -----

2016: €100.000,00 -----

2017: €0,00 -----

2018: €100.000,00 -----

2019: €210.000,00 -----

2020: €50.000,00 -----

D) A Associação face à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual - regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais -----

«Artigo 1.º - Objeto e âmbito -----

1 - A presente lei estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais. 2 - O associativismo municipal e a participação em entidades de direito público são objeto de diploma próprio. 3 - Sem prejuízo do regime previsto na lei geral, a

constituição ou **a mera participação em associações**, cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa pelos municípios, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e pelas áreas metropolitanas **rege-se pelo disposto na presente lei.**» -----

Por força do disposto no artigo 1.º, n.º 3, a participação nesta Associação está abrangida pelo regime jurídico acima referenciado. Neste sentido, o que disciplina este regime jurídico quanto a esta Associação? Vide artigo 59.º: -----

«Artigo 59.º- Associações de direito privado -----

1 - Os municípios, as associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e as áreas metropolitanas podem participar com pessoas jurídicas privadas em associações. -----

2 - As associações referidas no número anterior regem-se pelo Código Civil. -----

3 - O disposto no artigo 47.º aplica-se, com as devidas adaptações, às associações de direito privado em que as entidades públicas participantes exerçam uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º» -----

O que é isto de influência dominante? -----

Vide artigo 19.º, n.º 1: -----

«Artigo 19.º - Empresas locais -----

1 - São empresas locais as sociedades constituídas ou participadas nos termos da lei comercial, nas quais as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, **uma influência dominante em razão da verificação de um dos seguintes requisitos:** -----

a) Detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto; -----

b) Direito de designar ou destituir a maioria dos membros do órgão de gestão, de administração ou de fiscalização; -----

c) Qualquer outra forma de controlo de gestão.» -----

Do exposto resulta que a Câmara Municipal tem influência dominante na associação. -----

Aplicando-se o disposto no artigo 47.º, o que disciplina? -----

«Artigo 47.º - Celebração de contratos-programa com empresas locais de serviços de interesse geral -----

1 - A prestação de serviços de interesse geral pelas empresas locais e os correspondentes subsídios à exploração dependem da prévia celebração de contratos-programa com as entidades públicas participantes. -----

2 - Os contratos-programa devem definir detalhadamente o fundamento da necessidade do estabelecimento da relação contratual, a finalidade desta, os montantes dos subsídios à exploração, assim como a eficácia e a eficiência que se pretende atingir com a mesma, concretizando um conjunto de indicadores ou referenciais que permitam medir a realização dos objetivos setoriais. -----

3 - O desenvolvimento de políticas de preços das quais decorram receitas operacionais anuais inferiores aos custos anuais é objetivamente justificado e depende da adoção de sistemas de contabilidade analítica onde se identifique a diferença entre o desenvolvimento da atividade a



Handwritten signature and initials

preços de mercado e o preço subsidiado na ótica do interesse geral. -----

4 - O desenvolvimento de políticas de preços nos termos do número anterior depende de negociação prévia com as entidades públicas participantes dos termos que regulam as transferências financeiras necessárias ao financiamento anual da atividade de interesse geral, que constam do contrato-programa. -----

5 - Os contratos-programa são aprovados pelo órgão deliberativo da entidade pública participante, sob proposta do respetivo órgão executivo. -----

6 - O presente artigo não se aplica à contratação prevista no n.º 2 do artigo 36.º. -----

7 - Independentemente do cumprimento dos demais requisitos e formalidades previstos na lei, a celebração dos contratos-programa deve ser comunicada à Inspeção-Geral de Finanças e, quando não esteja sujeita a visto prévio, ao Tribunal de Contas.» -----

E) Orçamento da Associação -----

Como resulta dos Estatutos e do Regulamento Interno, o orçamento da associação assenta em: -----

- Transferências do município -----
- Candidaturas -----
- Venda de serviços (visitas guiadas, por ex.) -----
- Quota dos associados (€10 anuais) -----

F) Conclusões -----

Chegados a este ponto verifica-se: -----

a) *Ab initio*, a criação e participação da autarquia nesta Associação não respeitou a Lei n.º 50/2012, a qual, perante as entidades fiscalizadoras, continua a estar à margem, porquanto nunca lhes foi dado conhecimento. b) No que concerne aos apoios financeiros que, consecutivamente, têm sido concedidos à Associação não respeitam o diploma antes mencionado. -----

Para melhor fundamentação do exposto, anexo cópia de um Acórdão do Tribunal de Contas e de um parecer da CCDR-N, os quais, no que concerne aos apoios a conceder, concluem pelo ante exposto. Reitero, por isso, que a relação institucional, nas suas diversas vertentes, entre o município e a Associação não pode continuar nos mesmos moldes, sob pena de acarretar responsabilidades disciplinares e financeiras aos titulares dos cargos, nomeadamente, aos titulares dos órgãos municipais. -----

G) Proposta -----

Em face do exposto, salvo melhor opinião, proponho: -----

- a) A Câmara Municipal, pelos motivos antes expostos, delibera no sentido de propor, à Assembleia Municipal, que o município deixe de integrar esta associação, ou -----
- b) A Câmara Municipal, pelos motivos antes expostos, delibera no sentido de deixar de ter a posição dominante que possui na associação, implicando que as outras entidades associadas passem a ter maior responsabilidades e participação na associação. -----

Não descurando que a Associação Geoparque Terras de Cavaleiros (AGTC) tem como principal atividade a gestão do Geoparque Terras de Cavaleiros, a alteração na estrutura

associativa trará naturalmente constrangimentos neste projeto de particular importância para a promoção do território. Não podendo a estrutura da associação integrar-se *qua tale* na estrutura orgânica da Câmara Municipal, pode, contudo, a Câmara Municipal, porque vai de encontro às suas atribuições e competências, assumir essa atividade/projeto.” -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, por maioria, pelos fundamentos constantes da informação e documentação anexa, deliberou propor à Assembleia Municipal que o município deixe de integrar a Associação Geoparque Terras de Cavaleiros. -----

(Votação: 4 votos a favor (Benjamim Rodrigues, Elsa Escobar, Rui Vilarinho e Pedro Mascarenhas) e 3 abstenções (Duarte Moreno, Carlos Barroso e Conceição Gemelgo)”) -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra. -----

CARLOS MANUEL RODRIGUES CARNEIRO (PSD) – Que disse: “ Relativamente a este ponto pretendíamos 2 ou 3 esclarecimentos porque entendemos que esta proposta da maneira que vem formulada não é devidamente esclarecedora, no que diz respeito ao próprio futuro do Geoparque, ou seja, o que efetivamente se vai passar quanto à própria subsistência do mesmo, ou não, com a saída do Município, como vem aqui proposto. Por outro lado, e na sequência disso perceber também o que acontece aos funcionários do Geoparque com esta nova realidade. E ainda, perceber também como é que fica o financiamento ao Geoparque, uma vez que, e até como sabemos tem vindo a aumentar e no ano transato aumentou substancialmente, ultrapassou os 200 mil euros, perceber face a esta realidade como é que se articula o financiamento quer para os próprios propósitos do Geoparque quer para os salários, se eventualmente os funcionários se mantiverem na esfera do Geoparque. Dependendo naturalmente daquilo que sejam as explicações do Sr. Presidente da Câmara nós votaremos favoravelmente, ou não, ou provavelmente a abstenção relativamente a este assunto, face a esta falta de informação e falta de esclarecimento que evidencia. -----
Agora, só por uma questão de preciosismo até porque já não é a primeira vez que alerto para esta questão e sei que é um erro recorrente, mas em documentos oficiais não é muito plausível que assim seja, na parte final na alínea b) diz-se que “vai de encontro às suas atribuições”, penso que querem dizer “ vai ao encontro”, há um erro porque aqui diz-se precisamente o contrário daquilo que se pretende, porque vai de encontro ir contra alguma coisa e não ir ao encontro de alguma coisa. É apenas uma questão de português mas acho que numa proposta que vamos votar, faz todo o sentido que não apareçam este tipo de erros de português porque não nos fica bem.” -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que disse “pode ter havido aqui alguma não total transmissão de informação sobre este processo mas, é assim, a saída do Município do Geoparque é apenas pela extinção da Associação. O Geoparque será integrado dentro da orgânica do Município, ou seja, os funcionários serão integrados e o financiamento ficará assegurado no orçamento da Câmara. Esta questão já foi à Assembleia do Geoparque e iria ser votada favoravelmente se eu não



tivesse algumas reservas e não me tivesse absterido na votação, o que levou a que mais pessoas se abstivessem e acabou por haver uma votação negativa e isto já poderia ter sido resolvido, porque enquanto houver este impasse estamos com alguma dificuldade de gestão financeira. Resumindo a ideia é essa, manter a orgânica, dar mais segurança aos trabalhadores do Geoparque que passarão a ser integrados. Em termos de despesa é a mesma e em termos de direitos ficam com o futuro mais assegurado. A sua integração será feita aumentando o quadro de pessoal e criando uma nova Divisão diretamente dependente do Presidente do Município. Neste momento, pela questão legal estamos com dificuldade em fazer o financiamento do Geoparque e neste momento se vamos protelar isto, e não aprovando esta proposta e se tiver de vir novamente à próxima Assembleia os funcionários ficam sem receber os seus salários durante os próximos 2 ou 3 meses." -----

Novamente no uso da palavra o Deputado Municipal **Carlos Manuel Rodrigues Carneiro** disse " Evidentemente que compreendemos e será sempre pior os trabalhadores ficarem sem salário e ficarmos com esta situação e tendo chegado a uma situação limite naturalmente que não bloquearemos esta questão e optaremos pela abstenção e só por uma razão simples, é que na realidade não concordamos de todo que a situação, nomeadamente os funcionários e a modalidade como esses funcionários vão ser integrados na Câmara não viesse juntamente com esta proposta porque em nossa opinião fazia sentido que a proposta fosse integrada. E, por essa razão, por essa preocupação vamos abster-nos porque na realidade bloqueando isto, face às explicações do Sr. Presidente seria pior na medida em que atrasaríamos o recebimento dos salários. O nosso voto portanto vai ser este ficando o Sr. Presidente da Câmara com a responsabilidade de resolver o problema dos funcionários relativamente a esta questão." -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por maioria, com votos 33 a favor e 25 abstenções, deliberou autorizar o Município a deixar de integrar a Associação Geoparque Terras de Cavaleiros, nos termos propostos pela Câmara Municipal. -----

PONTO 2.6 – REQUALIFICAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE BALSAMÃO / PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL / DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL NOS TERMOS DA ALÍNEA k), N.º 2 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de dezanove de fevereiro de dois mil e vinte, que se transcreve. " REQUALIFICAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE BALSAMÃO / PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL -----

Presente o projeto que a seguir se transcreve. -----

"BALSAMÃO – CONVENT HOTEL, THERMAL SPA & NATURE (nome ainda em fase de estudo) -----

1.PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL -----

Com uma localização privilegiada, no topo do monte de Balsamão, a uma altitude de 522 metros ergue-se o Convento de Balsamão, na freguesia de Chacim do concelho de Macedo de Cavaleiros, cujas origens remontam aos alvares da nacionalidade. -----

Considerando o potencial turístico do conjunto edificado e da região em que se insere, pretende a Congregação dos Marianos da Imaculada Conceição assumida na entidade Convento de Balsamão – turismo, saúde e bem-estar, Lda. cuidar e revitalizar o seu património agrícola e florestal e requalificar e ampliar as suas estruturas desenvolvendo um empreendimento experiencial e sensorial, que apresentará uma oferta compósita e que estenderá a sua atividade para além do alojamento e acolhimento com um restaurante, loja, espaço museológico, biblioteca, salas de reunião, spa terapêutico, termalismo e espaço de saúde com tratamentos naturais e ainda um conjunto de atividades a realizar no exterior, numa tentativa de enaltecer além da sua essência fortemente espiritual o que de melhor o território envolvente tem para oferecer: história, natureza, património, cultura, gastronomia... -----

Pretende-se que este seja um projeto que vá ao encontro da estratégia de desenvolvimento para a região, numa nova abordagem ao desenvolvimento territorial, no sentido de potenciar os valores espirituais, humanos, económicos, sociais, ambientais e culturais da região, de forma a fazer deste território uma eco região de excelência, reconhecida nacional e internacionalmente, utilizando os valores históricos, naturais e produtos de excelência como principal alavanca. -----

Uma valorização dos traços identificativos do território, afirmando-o como um local que oferece uma qualidade de vida diferenciada, para residentes e turistas. -----

O projeto desenvolve-se num território reconhecido pela UNESCO, Terras de Cavaleiros Geopark Mundial da Unesco, (tendo na sua área territorial 2 dos principais geossítios e rodeado de outros) e está perfeitamente alinhado com o Plano estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal das terras de Trás-os-Montes que identifica como urgente a implementação de ações que potenciem o crescimento desta região onde está inserido Macedo de Cavaleiros. Nesse sentido foi desenvolvido um Programa Regional de Reformas (PRR) para o Norte “Norte 2020 – Competitividade & Convergência”, que integra iniciativas do pacto Regional para a Competitividade do Norte de Portugal e considera o Turismo, entre outras temáticas prioritárias para a região. -----

O desenvolvimento sustentável vai de encontro às necessidades dos turistas atuais e das necessidades da região do anfitrião ao proteger e realçar as oportunidades para o futuro. Conduzindo à gestão de todos os recursos para que as necessidades económicas, sociais e culturais possam ser cumpridas, mantendo a integridade cultural preservando a diversidade biológica e os sistemas de sustentação da vida. -----

Desta forma é necessário que o turismo contribua para o desenvolvimento sustentável e que este seja integrado no ambiente natural, cultural e humano; deve respeitar as fragilidades que caracterizam muitos destinos turísticos, particularmente em áreas pequenas de características ambientais e em áreas sensíveis. O turismo deve assegurar uma evolução aceitável considerando a sua influência em recursos naturais, na biodiversidade e na capacidade para a assimilação de alguns impactos e resíduos produzidos (Carter for sustainable tourism). -----



Atualmente as tendências turísticas, passam pela criação de um perfil de visitante que se interessa profundamente, pela natureza e cultura das regiões. Segundo um estudo efetuado pela Enterprise em 2002, este tipo de turistas procura atividades que permitam a interação como meio ambiente e parecem procurar uma vasta escala de atrações diferentes, sejam elas de aprendizagens, relaxamento, recreativas ou de aventura. Os fatores que mais motivam este tipo de turismo são o bem-estar, a saúde, a descoberta, a simulação intelectual e a instrução, a apreciação da natureza, contacto com povos de culturas diferentes, a aventura e por outro lado a gastronomia desses locais. -----

BALSAMÃO CONVENT HOTEL, THERMAL SPA & NATURE apresenta-se assim como a âncora de um vasto e ambicioso complexo de equipamentos inseridos numa estratégia de desenvolvimento local e sustentável que vai contribuir de forma muito positiva para inverter os ciclos migratórios, levar à fixação de população com forte criação de postos de trabalho, promoção de atividades de lazer, culturais e de turismo geradoras de atratividade e desenvolvimento económico à região beneficiando assim do forte crescimento do turismo em Portugal e da procura de lugares autênticos que proporcionem experiências únicas, de conhecimento e vivência espiritual do lugar numa relação de perfeita simbiose homem/natureza. -----

BALSAMÃO CONVENT HOTEL, THERMAL SPA & NATURE assumirá um posicionamento distinto assente num espírito de imersão no território que convida ao bem-estar e ao lazer, com uma proposta funcional e consistente que combate a sazonalidade, com um conjunto de espaços e atividades conexos ao alojamento, que torna este empreendimento verdadeiramente diferenciador. -----

Efetivamente, enquanto empreendimento experiencial e sensorial, o hotel será um contributo decisivo para umas férias ou um shortbreak de qualidade na região onde se insere. -----

Considerando todas as questões enunciadas e evidenciadas este Empreendimento apresenta-se como Interesse Municipal para este concelho uma vez que visa promover e incentivar o desenvolvimento económico, cultural e social do Município. -----

2.BALSAMÃO. MARCA GLOBAL DE UM VASTO COMPLEXO -----

A implementação do complexo Balsamão insere-se ao longo de uma área total de terreno de 150ha. -----

2.1 CONVENT HOTEL -----

Numa área de 880090,9m² no topo do monte de Balsamão, com uma vista deslumbrante de 360.º com capacidade máxima para 132 utilizadores, o Convent Hotel assume-se como âncora. O novo projeto integra a igreja o claustro antigo e apresenta um programa para um hotel com classificação**** com 64 quartos, restaurante, museu com espaço para exposições temporárias, biblioteca numa área de implantação de 1863,00m² que tem corpo numa reconstrução e ampliação dos edifícios existentes. As piscinas exteriores desenvolvem-se numa área total de 346,00m², área de estar em deck e lajetas numa área de 580,00m², espaços verdes com 5000,00m², parque infantil com 270,00m², estacionamento com 83 lugares, dos quais 5 destinados a pessoas com mobilidade reduzida e 2 de apoio ao check

in/out e percursos pedonais com 2000,00m². O estacionamento será arborizado com folhosas autóctones, com materiais e técnicas que minimizem a impermeabilização dos solos, como sejam as grelhas de enrelvamento. -----

2.2 THERMAL SPA -----

Numa cota inferior ao Convent Hotel, com acesso independente, com uma área de implantação de 871,00m², debruçado sobre a paisagem, surge o Thermal SPA com um programa para reativar as termas de água sulfúreas existentes, descobertas por volta de 1860, que deram origem em tempos a um balneário termal – as Termas da Abilheira entretanto desativadas, espaço de saúde com tratamentos naturais, mindfulness center, ginásio/fitness e piscina interior de água mineral natural. -----

2.3 NATURE -----

Balsamão está inserido num território reconhecido Terras de Cavaleiros Geopark Mundial da Unesco, com 2 dos seus principais geossítios, (poço dos paus e Termas da Abelheira) é banhado a sul pelo rio azibo e pela ribeira de Chacim onde será feita a valorização fluvial (ribeira e rio zibo), a reabilitação do parque das merendas e desenvolvimento de infraestruturas para a realização de atividades lúdico-pedagógicas contemplando várias atividades ao ar livre, sessões de yoga, desportos radicais, trilhos pedestres, BTT e caminhos para charrete, que incluam a visita à quinta pedagógica, passadiços até à ribeira de Chacim e estruturas para “birdwatching” e observação de estrelas. Todo o material vegetal será mantido e preservado e os resíduos verdes provenientes da manutenção destes espaços serão triturados e incorporados nas pilhas de compostagem. Os resíduos lenhosos serão utilizados como biomassa para a produção de energia. -----

O desenvolvimento de atividades associadas ao elemento água será ainda potenciado pela proximidade à Albufeira do Azibo, um dos locais mais visitados em todo o Nordeste Transmontano, com estatuto de Paisagem Protegida e integrado na Reserva da Biosfera Transfronteiriça da Meseta Ibérica. -----

2.4 EVENT CENTER -----

Num edifício existente onde funciona atualmente Casa das Máquinas, com uma área de implantação de 515,00m² vai surgir o espaço multiusos com um programa flexível destinado a encontros, formação, business center e outros eventos... com 561,00m² reservados para estacionamento no exterior. -----

2.5 KIDS CLUB -----

Reconversão de uma construção simples existente, de cota inferior junto ao Convent Hotel, com uma área de implantação de 190,00m², num espaço para Kids Club e pisos inferiores reservados para máquinas de apoio logístico. -----

2.6 WELCOME CENTER / BOUTIQUE -----

Atualmente designada com casa do caseiro, à cota baixa na entrada do atual convento, este edifício será futuramente reabilitado e reconvertido para Welcome Center e para a Balsamão Boutique com mercearia de produtos biológicos conventuais de marca própria exclusiva,



Celi -

artigos de artesões locais, livros de edição própria e artigos religiosos, com uma área de implantação de 82,00m2. -----

2.7 HORSE RIDING / HIPOTHERAPY CENTER / "Driving Range" -----

Emoldurado na fragrância e envolvimento que a natureza oferece e que o local de culto proporciona será construído um "Horse Riding / Hipotherapy Center" com picadeiro coberto, com a dupla função: alojamento para 12 cavalos e 6 burros para passeio e cavalos próprios para atividades equestres – saltos, corrida, passeio e hipoterapia e também um "driving range".

2.8 FARM HOUSE /BEER FACTORY -----

Recriação, renovação e requalificação de projeto agrícola existente numa "Farm House / Beer factory" com as componentes: de atividades agrícolas para manutenção e revitalização da herança patrimonial muito rica das zonas rurais do complexo nas suas diversas dimensões; de promoção de atividades de lazer e turismo em ambiente rural, permitido e estimulando a prática das atividades agrícolas aos visitantes, (mexer na terra, colher, cuidar); de centro interpretativo e pedagógico; de centro de produção biológica artesanal para transformação de produtos alimentares (azeite, mel, compotas, enchidos, queijos, bolachas, doces, licores, chás e outros produtos alimentares da região); de centro de manufaturas (sabão de azeite, bálsamo, velas, terços e outros artigos religiosos em madeira de oliveira e outros produtos de artesanato local); de fábrica de cerveja artesanal com saberes conventuais trazidos pelo segundo Mariano a vir a Portugal Padre Aleixo Fischer da República Checa e Centro Expositivo com processo e storytelling sobre a cerveja artesanal conventual de Balsamão... -----

Está-se, portanto, perante um complexo qualificado, o primeiro do concelho, e de qualidade, pela infraestrutura e pela estratégia comercial associada, adaptado a diferentes faixas etárias e a diferentes segmentos e vocacionado não apenas para o mercado nacional, mas também para o mercado internacional, dada a multiplicidade de atividades a disponibilizar e também pelas características do território." -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal avocou os factos constantes da descrição do projeto e, por unanimidade, delibera reconhecer este projeto como de interesse municipal, porquanto a sua execução contribui decisivamente para o desenvolvimento sustentado do concelho, pois abarca, entre outras, as áreas, económica, turística e social, promotoras do desenvolvimento do concelho. Mais foi deliberado, propor que a Assembleia Municipal emita deliberação de igual reconhecimento." -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do Plenário o pedido do Sr. Padre Eduardo para fazer uma breve apresentação deste projeto, o que foi aprovado por unanimidade. -----

De seguida foi passado um diapositivo referente a este projeto ao mesmo tempo que o Sr. Padre Eduardo ia apresentando o mesmo a toda a Assembleia Municipal. -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra. -----

CATARINA LÚCIA PINTO DE MATOS (PS) – Que disse “ gostaria de dizer que a bancada socialista enaltece a Congregação dos Padres Marianos pelo ato de apresentação prévia do projeto enunciado. Consideramos de grande importância e relevo para o desenvolvimento do território. De igual modo enaltecemos o papel ímpar e obra solidária que esta Congregação desempenha desde a sua génese pelas nossas terras. Neste refúgio tantas vezes escolhido por Edgar Moram para descanso, reflexão e espiritualidade nasce agora este bonito e grandioso projeto que aqui nos foi apresentado que nos enche de orgulho. Consideramos por isso que deverá ser acarinhado e apadrinhado politicamente. Bem haja.” -----

LUÍS FILIPE SARDINHA CABECEIRO (CDS) – Que fez a seguinte intervenção “ venho dar uma informação e uma sugestão ao Sr. Presidente. Hoje foram aprovados vários benefícios para o Interior e nós temos de ter cuidado porque o Interior que está definido no mapa da Associação Nacional de Municípios é um conceito socioeconómico e não é territorial. Atenção que há Municípios a 40 Km do Porto que têm direito a estes benefícios. Portanto, Município e Senhores Empresários “deem corda à sapatilha”. Este projeto que nos foi agora apresentado é estruturante e um projeto âncora para o concelho e eu deixo uma sugestão ao Sr. Presidente: todos os projetos de interesse municipal que venham desta dimensão gostaria que o Município os isentasse de todas as taxas e custas.” -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que aproveita a oportunidade para cumprimentar e saudar o Sr. Padre Eduardo Novo pelo projeto arrojado que aqui trouxe hoje. Tem tido sempre a cortesia de nos dar a conhecer os passos que tem dados e nós temos estado sempre disponíveis para ajudar e a prova disso é que o Presidente do Turismo Porto e Norte teve de ouvir de viva voz a apresentação deste projeto e o poder persuasivo do Sr. Padre Eduardo. Com um projeto deste não há dúvidas de que podemos ter aqui um suporte e uma sustentabilidade para a dinamização económica do concelho. Eu, pessoalmente sempre defendi este tipo de projeto, porque já tenho conhecimento ao longo do tempo e como aqui foi desafiado que nós temos que trabalhar já começamos a fazê-lo tentando um lóbi com o Turismo Porto e Norte. Vamos aguardar para ver no que nos pode ajudar mas certamente que o pode fazer e todos os benefícios fiscais que possa haver obviamente que a Câmara está disponível para isentar porque este é um projeto de interesse municipal, territorial e estrutural para todo o Norte do País.” -----

DELIBERAÇÃO: Pelos mesmos fundamentos da deliberação da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal, por unanimidade, deliberou reconhecer o projeto de interesse municipal. -----

PONTO 2.7 – DECLARAÇÃO DO ARTIGO 15.º, N.º 1, ALÍNEA a) DA LCPA:
CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----



Handwritten initials and signatures in the top right corner.

O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento à Assembleia Municipal da DECLARAÇÃO DO ARTIGO 15.º, N.º 1, ALÍNEA A) DA LCPA -----
"Paulo José Castro Rogão, Diretor de Departamento da Administração Geral, da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, para os efeitos, da alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, aplicável à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, declara que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2019, totalizam um valor de 501 667,57€ e se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais dos serviços de contabilidade desta entidade, bem como em sistema da DGAL." -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 2.8 – DECLARAÇÃO DO ARTIGO 15.º, N.º 1, ALÍNEA b) DA LCPA: CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento ao Plenário da DECLARAÇÃO DO ARTIGO 15.º, N.º 1, ALÍNEA B) DA LCPA -----
"Paulo José Castro Rogão, Diretor de Departamento da Administração Geral, da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, declara que, a 31 de dezembro de 2019, existiam os seguintes recebimentos e pagamentos em atraso: A) Recebimentos: Recebimentos em atraso no valor de 977.895,80€; B) Pagamentos: Pagamentos em atraso no valor de 278.957,49€, conforme documento em anexo "Relação de Encargos Assumidos e Não pagos"."

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

APROVAÇÕES EM MINUTA-----

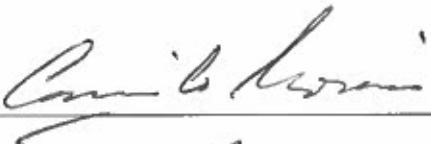
Foi deliberado, por unanimidade aprovar em minuta o ponto, dois ponto dois, dois ponto três, dois ponto quatro, dois ponto cinco e dois ponto seis. -----


PONTO 3 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Conforme estipula o número um do artigo quadragésimo nono do Anexo I à Lei número 75/2013, de doze de setembro, o excelentíssimo **senhor Presidente da Assembleia**, perguntou se havia alguém no público que quisesse neste momento intervir.-----

Nada a registar. -----

Eram vinte e quatro horas e trinta minutos e não havendo mais nada a tratar, foi pelo
excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a
reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos
excelentíssimos Presidente, Primeiro e Segundo Secretários. -----





Eduardo Martins